

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

LUCAS JHONATA RIBEIRO MAIA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO PESSOAL: um estudo de caso
com os policiais da Polícia Militar do Maranhão

São Luís
2020

LUCAS JHONATA RIBEIRO MAIA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO PESSOAL: um estudo de caso
com os policiais da Polícia Militar do Maranhão

Monografia apresentada ao curso de formação de oficiais da Polícia Militar do Maranhão, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharelado em Segurança pública.

Orientador: Ten. Cel. Everaldo Ferreira Santana

São Luís
2020

Maia, Lucas Jhonata Ribeiro.

Educação financeira e endividamento pessoal: um estudo de caso com os policiais da Polícia Militar do Maranhão. / Lucas Jhonata Ribeiro Maia. – São Luís, 2020.

77 f.

Orientador: Ten. Cel. QOPM Everaldo Ferreira Santana.

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

1. Educação Financeira. 2. Planejamento Financeiro. 3. Endividamento. 4. Polícia Militar. I. Título.

CDU: 351.745:330 (812.1)

LUCAS JHONATA RIBERIO MAIA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO PESSOAL: um estudo de caso
com os policiais da Polícia Militar do Maranhão

Monografia apresentada ao curso de formação de oficiais da Polícia Militar do Maranhão, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Bacharelado em Segurança pública.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Ten. Cel. QOPM Everaldo Ferreira Santana (Orientador)
Mestre em Direito Constitucional

Maj QOCBM Thiago Paiva Siqueira
Crítico de Conteúdo

Prof. Me. Nicodemos Araújo Costa
Crítico de Norma

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, por ter me permitido concluí-lo. E aos meus pais, meus maiores orientadores da vida, por terem me incentivado a seguir pelos caminhos da moralidade e da honestidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida que me deu, por Ele ter me concedido a benção do Curso de Formação de Oficiais, e por estar comigo em todos os momentos, demonstrando que o caminho é árduo, mas todos somos capazes, e haja o que houver ele sempre será Deus.

Agradeço aos meus pais, José e Maryane, por todo o sacrifício que fizeram por mim, pelo investimento em minha educação, e por nunca ter hesitado em me ajudar, e por todo o incentivo dado durante o CFO. Com certeza, sem meus pais tudo seria mais difícil.

Agradeço à minha namorada, Taynara, que sempre esteve me dando forças, carinho e incentivo, para persistir na elaboração deste trabalho, jamais me negou apoio quando precisei de sua ajuda.

À toda a minha família, pela confiança e apoio depositados em mim ao longo de todos esses anos. E ao meu primo, Adriano, que me revelou o CFO e me incentivou a escolher esta carreira, se não fosse ele estaria seguindo outros caminhos.

Ao meu orientador Ten Cel Everaldo Ferreira **Santana**, pela confiança depositada na minha proposta de projeto, e pelo seu otimismo, me mantendo sempre motivado durante todo o processo.

Ao meu tio, Cb PM **Carlos** Frederico Ribeiro Maia, por ter sido sempre prestativo dando valiosas contribuições para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos da 22ª Turma do Curso de Formações de Oficiais, por todos os momentos inesquecíveis de alegrias e dificuldades que vivemos juntos. E ao JMAC, seleto grupo de estudos e amigos, compostos pelos Cadetes Araújo, Estrela, Jonatas, Marcos Fonseca, Nogueira, Rafael e Soraya.

Aos meus professores e monitores do CFO, dentre os quais encontrei grandes exemplos de caráter, dignidade, integridade e profissionalismo que carregarei por toda a minha vida profissional e pessoal.

O temor do Senhor é o princípio do conhecimento, mas os insensatos desprezam a sabedoria e a disciplina.

Provérbios 1:7

RESUMO

A boa gestão das finanças pessoais é de fundamental importância para manter o equilíbrio entre as necessidades, desejos e satisfações do indivíduo. Para cumprir com esse objetivo, a Educação e o Planejamento Financeiro apresentam conceitos e práticas saudáveis ao indivíduo, relativas à gestão de suas finanças pessoais, com o intuito de reduzir a propensão ao endividamento. Contudo, a falta destas práticas pode ocasionar o surgimento de problemas físicos e mentais que geram impacto direto na qualidade de vida, afetando o convívio familiar, e comprometendo o seu desempenho profissional. Desse modo, o objetivo deste trabalho é verificar os reflexos positivos do planejamento financeiro na vida pessoal do indivíduo, em especial dos policiais da Polícia Militar do Maranhão, e de como isso pode lhe proporcionar um melhor desempenho profissional. Nesta pesquisa utilizou-se da abordagem quantitativa através dos dados obtidos por meio de questionários. Foi realizada pesquisa bibliográfica para incorporar uma revisão da literatura disponível sobre o tema. Ademais, escolheu-se o método indutivo por utilizar da estatística para buscar o pensamento geral da tropa a partir dos dados dos participantes da pesquisa. O resultado deste estudo apontou que 94% dos policiais acreditam que o endividamento financeiro afeta a sua vida profissional, sendo o endividamento responsável por gerar alterações como estresse em boa parte dos policiais. Portanto, o presente estudo demonstra a necessidade da Polícia Militar do Maranhão implementar nos cursos de formação, aperfeiçoamento e habilitação, uma disciplina voltada para educação financeira dos policiais militares, por trazer inúmeros benefícios, contribuindo para o desenvolvimento pessoal desse profissional, o qual recompensará a instituição com maior produtividade.

Palavras-chave: Educação Financeira. Planejamento financeiro. Policial Militar. Consumo. Endividamento.

ABSTRACT

Good management of personal finances is of fundamental importance to maintain the balance between the individual's needs, and desires for personal satisfaction. To fulfill this objective, Financial Education and Financial Planning present healthy concepts and practices related to the correct management of money in order to provide financial stability, reducing the propensity for indebtedness. However, the lack of these practices causes physical and mental problems that have a direct impact on quality of life, affecting both the family and the professional environment. Thus, the objective of this work is to verify the reflection of financial planning in the professional and personal life, of the police officers of the Military Police of Maranhão, as well as to demonstrate that the application of the concepts of financial education can ward off default, improving the performance of services provided to society. In this research, the quantitative approach was used through data obtained through questionnaires. A bibliographic research had been carried out to incorporate a review of the available literature on the subject. Furthermore, the inductive method was chosen because it uses statistics to search for the general thinking of the troops from the data of the research participants. The result of this study showed that 94% of police officers believe that financial indebtedness affects their professional life, with debt being responsible for generating changes such as stress in most police officers. Therefore, this research demonstrates the importance of the Military Police organization investing in financial guidance for its policemen, as it brings numerous benefits, contributing to the personal development of the military, which will reward the institution with greater productivity.

Keywords: Financial Education. Financial planning. Military police. Consumption. Indebtedness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Quadro de avaliação do diferencial de aspiração/satisfação de Albert-Chnesiweiss	21
Quadro 2	Consumidor consumista X Consumidor consciente	27
Gráfico 1	Percentual de famílias endividadas.....	31
Quadro 3	Origens das dívidas.....	32
Quadro 4	Escalonamento Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares	38
Gráfico 2	Qual a sua idade?	46
Tabela 1	Caracterização dos Militares	47
Gráfico 3	Qual o seu nível de escolaridade?	48
Gráfico 4	Quanto da sua renda é destinada para pagar dívidas?.....	49
Gráfico 5	Quanto da sua renda é destinada para cada modalidade de crédito listada a baixo?	50
Gráfico 6	Quais os motivos que mais justificam a finalidade do seu empréstimo?	52
Gráfico 7	Após realizar seu planejamento financeiro, você consegue cumpri-lo com disciplina?.....	54
Gráfico 8	Que ferramenta você usa para acompanhar seus gastos?.....	55
Gráfico 9	Quais dos fatores mais comprometem a sua renda?	56
Gráfico 10	Você possui contas em atraso?	57
Gráfico 11	Qual o seu tempo médio de comprometimento com uma dívida?	58
Gráfico 12	Em relação a sua saúde financeira, como você se encontra?	59
Gráfico 13	Você tem o hábito de poupar?	60
Gráfico 14	Após pagar todas as despesas, quanto sobra do seu salário?	61
Gráfico 15	Por quanto tempo conseguiria manter seu atual padrão de vida, na perda total de suas fontes de renda?	62
Gráfico 16	Você acha que o endividamento pode influenciar na sua qualidade de vida profissional e familiar?	63
Gráfico 17	Quais das alterações abaixo você percebe diante de dívidas descontroladas?	64
Gráfico 18	Quais dos investimentos listados abaixo, você realiza?.....	65
Gráfico 19	Você já teve alguma orientação sobre o planejamento financeiro pessoal?	66

LISTA DE SIGLAS

BC	Banco Central
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial da Polícia Militar
CDB	Certificados de Depósito Bancário
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CFSD	Curso de Formação de Soldado
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
DER	Diretoria de Ensino Regular
DGTI	Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
INAF	Indicador Nacional de Alfabetização Funcional
INDEF	Indicador de Educação Financeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA	Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISMA	International Stress Management Association
LCA	Letras de Crédito do Agronegócio
LCI	Letras de Crédito Imobiliário
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PMMA	Polícia Militar do Maranhão
PMS	Patrimônio Mínimo de Sobrevivência
RAE	Regulamento de Administração do Exército
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
SPC	Serviço de Proteção ao Consumidor
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	14
2.1	Modalidades de crédito: facilidade de contratação pelo servidor público	15
3	A QUALIDADE DE VIDA E O PLANEJAMENTO FINANCEIRO	20
3.1	Controle	22
3.2	Consumo	25
3.2.1	Consumo consciente	26
3.3	Investimentos	28
4	ENDIVIDAMENTO	30
4.1	Os efeitos do endividamento e sua relação com o desempenho profissional	33
5	POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO	36
5.1	O policial militar do maranhão: contextualizando o objeto de estudo	38
5.2	Dívidas do policial militar frente ao RDE	40
5.3	O impacto do descontrole financeiro na vida do policial militar	41
6	METODOLOGIA	44
7	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
7.1	Divergências encontradas	66
8	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	70
	ANEXO A – MAPA TRIMESTRAL DE EFETIVO	74

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é o processo de transmissão de conhecimentos que favorece o desenvolvimento de práticas saudáveis relacionadas ao dinheiro que, por meio da organização e planejamento, direcionam uma melhor otimização na aplicação deste recurso material, a fim de proporcionar segurança financeira para satisfazer as necessidades humanas e superar eventuais imprevistos.

Dessa forma, a educação financeira é de grande relevância para estabelecer o equilíbrio financeiro individual e familiar, prevenindo a inadimplência e permitindo a conquista de seus objetivos. Atualmente manter as contas em dia é um dos principais desafios de uma família. Por isso, existe a necessidade de realizar um orçamento familiar que não consiste somente em anotar as despesas realizadas, mas eleger prioridades, controlar fluxo de caixa e refletir sobre os objetivos comuns da unidade familiar.

Diante disso, a não compreensão dos conceitos da educação financeira faz com que a pessoa utilize seus recursos de forma negligente, sem observar suas necessidades essenciais, conseqüentemente há um aumento da propensão ao risco de endividamento pessoal e familiar.

O governo federal observou que o alto nível de inadimplentes está diretamente relacionado à falta de educação financeira, por esse motivo, criou através do Decreto Federal 7.397/2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

O objetivo da ENEF é contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes, pois segundo levantamento realizado em todas as capitais brasileiras pela Confederação Nacional de Dirigentes (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), 58% dos consumidores passaram a se sentir mais ansiosos depois de contraírem dívidas.

É importante destacar que na referida pesquisa, os entrevistados associaram o endividamento a outros sentimentos como, insegurança (59%), estresse (52%), angústia (47%), culpa (46%) e desânimo (41%).

No Brasil, o aumento do crédito concedido às pessoas físicas, assim como, o surgimento de diversas modalidades e facilidades de acesso ao longo das últimas

décadas, tem levado muitas pessoas a realizarem vários contratos em modalidades de crédito diferentes, levando-as ao endividamento. Em virtude disto, o acesso facilitado ao dinheiro por meio de tais contratos, transmitiu ao assalariado brasileiro a falsa impressão de tratar-se de uma espécie de renda extra, que só encontra limite quando há o comprometimento total do seu orçamento pessoal ou familiar.

Nesse contexto, inserem-se os servidores públicos que, por possuírem renda fixa e mensal, são vistos como um investimento de baixo risco pelas instituições financeiras, corroborado pela possibilidade de desconto direto em folha onde a inadimplência é zero.

Dentre tais servidores, destacamos os policiais militares, que também estão sujeitos aos efeitos do endividamento e, portanto, necessitam de disciplina financeira para controlar o consumismo e o comportamento compulsivo, visto que o desequilíbrio financeiro é capaz de afetar tanto as relações afetivas como profissionais, interferindo diretamente na sua qualidade de vida.

A Polícia Militar do Maranhão (PMMA) possui duas formas de ingresso: Curso de Formação de Soldado (CFSD) e o Curso de Formação de Oficiais (CFO), ambos com salário iniciais que superam a média salarial brasileira de R\$ 2.340,00 no ano de 2019, segundo dados levantados pela 58ª Pesquisa Salarial da Catho.

Os Cursos de Formação da PMMA não dispõem de uma disciplina na sua matriz curricular que trate sobre Educação Financeira. Considerando a possibilidade e necessidade da educação financeira pessoal para estes profissionais, busca-se aqui, reunir dados e informações para responder o seguinte questionamento: Qual o nível de educação financeira e endividamento dos policiais da Polícia Militar do Maranhão?

Assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar quais os principais fatores responsáveis pelo endividamento dos policiais da Polícia Militar do Maranhão. Tendo como objetivos específicos: verificar o reflexo do planejamento financeiro na vida profissional e pessoal do policial; demonstrar que a aplicação dos conceitos da educação financeira pode afastar um endividamento descontrolado; e identificar os principais sentimentos decorrentes do endividamento que venham afetar a saúde emocional do policial e o seu desempenho técnico-profissional, tais como: insegurança, estresse, angústia, culpa e desânimo.

A presente pesquisa não visa esgotar todos os assuntos que envolvem o tema, mas conscientizar e estimular a busca por políticas de incentivo à educação

financeira. Contudo, a relevância deste estudo repousa no fomento de iniciativas pessoais e, também, políticas que poderão ser adotadas pelo alto comando da corporação a fim de fornecer aos policiais instruções acerca da importância do planejamento financeiro e suas influências na sua qualidade de vida e ações policiais militares.

O presente trabalho foi desenvolvido com uma estrutura dividida em oito capítulos de forma a se obter seu bom entendimento. O primeiro capítulo aborda a introdução, no qual se faz uma abordagem geral do tema, o problema da pesquisa, os objetivos, a justificativa e a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo será apresentado os conceitos e aplicações da educação financeira nas vidas das pessoas, sendo abordado os benefícios que podem advir das iniciativas na área de gestão financeira. Além de mostrar as modalidades de crédito mais utilizadas no Brasil e os cuidados que se deve ter na contratação e aplicabilidade destes.

O terceiro capítulo trata dos conceitos da qualidade de vida relacionando-a com as boas práticas financeiras, juntamente com o planejamento financeiro e a sua importância para a promoção e manutenção desta, como forma de evitar o estresse financeiro. Também será dissertado sobre controle financeiro, consumo e investimento.

No quarto capítulo será abordado o tema endividamento, apresentando a percepção dos indivíduos em escala nacional, e os principais fatores responsáveis por sua origem, além, dos efeitos causados na saúde física e mental das pessoas.

O quinto capítulo contextualizará o policial militar, objeto desse estudo, ressaltando sua abordagem histórica. O sexto capítulo apresenta a metodologia utilizada para nortear o presente, descrevendo o tipo de pesquisa, o tipo de abordagem, o método utilizado, a área do estudo, a população amostral e os instrumentos de coleta de dados. No sétimo capítulo, temos os resultados da pesquisa, seguido pelo último capítulo com a conclusão do trabalho, onde se observa a necessidade de imediata intervenção, levando aos policiais militares conhecimentos na área financeira a fim de proporcionar-lhes um melhor desempenho profissional.

2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Inicialmente, deve-se considerar que a educação financeira envolve uma diversidade de elementos, técnicas e conceitos que abordam a gestão e a relação do indivíduo com o dinheiro visando à alocação dos seus recursos de forma coerente, conciliando suas necessidades e o controle frente aos desejos.

Conforme a Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) – OCDE (2005, p.13), a Educação Financeira:

[...] é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de informação, instrução e orientação objetiva, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros, a fim de fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda ao adotarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar e a sua proteção.

Saurin; Saurin e Saurin (2017, p. 8) assevera que educação financeira está além de hábitos para aprender a cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. Pois de nada adianta fazer isto, sem traçar objetivos consistentes e que contribuirão em buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para realizar os desejos e prazeres da vida e paralelamente se preparar para eventuais imprevistos.

Conforme explicitado acima, a expressão “educação financeira” pode ser entendida como conscientização financeira, mas muitas pessoas entendem que educação financeira é economizar ao máximo em tudo. No entanto, nada mais é do que criar uma mentalidade saudável sobre o dinheiro, fazendo o que quiser fazer, mas racionalmente com qualidade, eficiência e tranquilidade.

Lucci et. al. (2006) afirma que a falta de educação financeira causa reflexos não apenas na vida individual das pessoas, mas atinge a sociedade como um todo, a partir do momento em que a má gestão dos recursos tem potencial pra culminar na sobrecarga dos já precários sistemas públicos, ou estimulando o surgimento de políticas de correção. Alguns exemplos estão na criação de novos impostos e contribuições, ou aumento nas taxas básicas de juros para conter o consumo e diminuir a taxa de inflação, bem como a dependência total de sistemas como Sistema Único de Saúde (SUS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Bolsa Família entre outros.

Reconhecendo a importância da matéria que vem ganhando notoriedade no Brasil, o Conselho Nacional de Educação (CNE) deu parecer, homologado pelo Ministério da Educação (MEC), onde prevê que a educação financeira seja incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a partir de 2020, ou seja, o tema deve ser trado nas escolas desde o ensino infantil até o ensino médio, estudando conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos.

Com essa medida assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos podem ser discutidos de forma transversal nas matérias obrigatórias da grade curricular, favorecendo um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro.

A conscientização financeira da população é necessária para que as pessoas possam gerenciar os seus recursos de forma eficiente. Porém, não se pode limitar à conceitos por hora aprendidos, pois esta é um processo contínuo, devendo estar sob constante aperfeiçoamento, visto que, os produtos e aplicações se alteram ao longo do tempo devido à dinâmica do mercado financeiro de acordo com o ritmo de desempenho de uma economia.

2.1 Modalidades de crédito: facilidade de contratação pelo servidor público

Os primeiros bancos eram pagos para guardar joias, pedras e pertences preciosos de pessoas que os reconheciam como lugares seguros para proteger seus bens. Com o passar do tempo os bancos perceberam que os seus clientes não realizavam o resgate de seus metais preciosos ao mesmo tempo, sempre tendo valores em sua posse. Então, sob exigência de garantias, os bancos decidiram emprestar parte dos valores depositados para comerciantes, reis e imperadores (primeiros “tomadores de crédito”) para financiar investimentos, luxos e guerras em troca de remuneração pelo o uso do dinheiro.

Atualmente existem diversos tipos de créditos disponíveis no mercado e, há, também, uma diferenciação nas taxas de juros dependendo do cliente que optará pela tomada de crédito. Ou seja, as agências fornecedoras de crédito analisam seus clientes visando a maior possibilidade de que estes honrarão com os seus compromissos, quanto maior está possibilidade menor serão as taxas de juros pelo

dinheiro emprestado. Por isso, os servidores públicos por ter, conforme o Estatuto do Servidor, estabilidade empregatícia, são alvos de ofertas de empréstimos com juros mais baixos que os demais.

De acordo com a Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, em seu artigo 2º, tornou os militares estaduais integrantes da categoria de Servidores Públicos Militares do Estado. Assim, tem-se o policial militar da PMMA um status de segurança econômica para instituições financeiras e afins e a possibilidade de consignação de empréstimos em folha, conforme § 4º inciso II da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, e consequentemente a garantia do retorno do crédito ofertado. (MARANHÃO, 1995).

Esta maior facilidade para aprovação de crédito, como principalmente cheque especial e cartão de crédito, a ineficácia ou inexistência de uma disciplina financeira acompanhada de planejamento e controle financeiro, inevitavelmente, compromete grande parte da renda com dívidas originadas não pela necessidade, mas pela falsa impressão de aumento de poder de compra, consequentemente elevando o padrão de vida sem as devidas condições.

O empréstimo consignado ou crédito consignado é uma modalidade de contrato conhecido por seus juros baixos em comparação às outras modalidades de crédito, devido a consignação na folha de pagamento que consiste no desconto obrigatório do valor contratado direto na fonte pagadora. Ou seja, o risco de inadimplência para com as agências financeiras é menor nessa modalidade por existir essa garantia contratual. Conforme Sadi (2004, p. 11):

As vantagens advindas deste contrato para a instituição financeira é a segurança do recebimento do valor contratado; e para o contratante: a contratação de certo valor, conforme margem consignável, a prazo fixo e juros menores que outros praticados em modalidade diversa, além da dispensa de análise de crédito pela financeira.

Por isso, o empréstimo consignado torna-se um grande atrativo tanto para as agências financeiras, quanto para o contratante, que usufruirá de juros mais baixos. Porém, o problema se dá através da falta de controle do tomador de crédito, que utiliza essa modalidade atrelada a outros tipos de crédito sem verificar o acúmulo desse tipo de contrato, ou simplesmente não avalia previamente as despesas presentes em seu orçamento comprometendo sua renda diretamente na folha de pagamento, não sobrando renda líquida suficiente para arcar com suas despesas básicas.

No Brasil os servidores públicos tomaram R\$ 42,1 bilhões de crédito pessoal consignado só nos primeiros quatro meses do ano de 2019, segundo dados

do Banco Central (BC). O valor concedido de janeiro a abril é 39,7% mais alto do que o mesmo período de 2018. No mês de janeiro o aumento foi de 11,1% na mesma base de comparação.

O Empréstimo Pessoal está entre os tipos de crédito mais ofertados no mercado, é conhecido por ser concedido com maior facilidade pelas instituições financeiras. Ao solicitar o empréstimo é feita uma análise de crédito nos bancos de dados para verificar o histórico de pagamento, dívidas e etc. Devido a maior facilidade de acesso, os juros costumam ser um pouco mais elevado que outras modalidades.

Segundo Cerbasi (2012, p. 78) o empréstimo pessoal ainda apresenta juros altos, porém, devido a rapidez da aquisição pode ser levado em consideração quando há alguma perda financeira inesperada, ou surgimento de despesas não planejadas. Sendo solicitado, ainda quando o objetivo for quitar dívidas com juros maiores, como por exemplo, quitar a dívida rotativa do cartão de crédito, ou do cheque especial.

Dito isto, geralmente quando se solicita tal modalidade significa que o indivíduo ultrapassou por algum motivo os limites do seu orçamento, e necessita de recursos extras para cumprir com suas responsabilidades financeiras, por outro lado, pode significar uma obtenção para realizar algum investimento.

Outra modalidade bastante explorada, porém, ofertada com juros elevados é o cheque especial, normalmente é inserida no pacote de serviços bancários sem a solicitação do cliente, com limite definido pela agência bancária.

O cheque especial é um limite disponível, e pré-aprovado, ao cliente de bancos. A finalidade apresentada ao público, sobre este tipo de crédito, é a sua função creditícia para eventualidades especiais. Ou seja, não é um crédito para uso cotidiano, mas para imprevistos financeiros excepcionais. (COSTA, 2018, p.17).

Como aspectos positivos do cheque especial, Cerbasi (2012, p. 90), comenta:

Alguns bancos oferecem a seus clientes a oportunidade de usufruir de seu limite no cheque especial durante alguns dias a cada mês, sem que haja a incidência de juros. Não importa se o prazo é de cinco, dez ou quinze dias. O fato é que dispor dessa alternativa de crédito pode ser uma dádiva para quem sabe aproveitá-la, ao mesmo tempo em que é um desastre para quem a usa de maneira negligente. Se você tem contas a pagar hoje e sabe que seu salário só cai na conta daqui a três ou quatro dias, faça bom proveito: conte com o cheque especial.

Portanto, o cheque especial pode ser um vilão para quem não tem suas finanças sobre controle, mas também, pode ser um recurso para ser utilizado em emergências sem que para isso seja necessário render-se aos seus juros altos, pois

a incidência destes não ocorre imediatamente, mas em um período pré-estabelecido pelo banco.

O Crédito Direto ao Consumidor – CDC é um dos modelos de empréstimos mais fáceis de ser solicitado nas instituições financeiras. É utilizado para a compra de diferentes itens, inclusive automóveis. A contratação deste empréstimo é realizada direto na instituição bancária, sua taxa de juros é menor que a do cheque especial e suas parcelas são descontadas diretamente da conta corrente do contratante.

O cartão de crédito é um meio de pagamento para aquisição de bens por meio da compra parcelada. Para os brasileiros esta modalidade é um dos maiores fatores responsáveis pelo endividamento, isso por que muitas vezes confunde-se o limite disponibilizado no cartão como uma parte extra da sua renda. Algumas dicas, como o pagamento total do valor da fatura devem ser seguidas para não cair nos juros rotativos, que são superiores a outras modalidades de crédito.

Também, deve-se ficar atento à “melhor data de compra”, ou seja, a data alguns dias antes do vencimento, assim provavelmente terá mais de 30 dias para o pagamento da primeira fatura a partir da data da compra.

Outra modalidade bastante utilizada, mas que demanda de uma burocracia maior para ser aprovado é o financiamento, que pode ser utilizado para aquisição de bens ou serviços de valores bem mais elevados, como imóveis e automóveis. Conforme Cerbasi (2012, p.81):

Financiamentos são meios de se tomar dinheiro emprestado para pagar um bem ou serviço específico, como casas, automóveis, computadores, um serviço de reforma da casa ou um curso de pós-graduação. A destinação específica do dinheiro emprestado dá aos bancos a certeza de que o dinheiro será bem usado, o que facilita a aprovação do crédito. Além disso, quanto maior a certeza de que o banco não ficará sem receber, mais barato será o crédito, pois não há necessidade de ratear, entre os bons pagadores, o custo dos inadimplentes. Por isso, as alternativas de financiamento mais baratas são aquelas em que a propriedade do bem fica com a instituição financeira enquanto o contrato de financiamento não é totalmente quitado, como no financiamento de imóveis e de automóveis.

Observa-se que os bancos encontram segurança na estabilidade financeira do tomador de crédito e no tipo de bem a ser financiado, que pode permanecer na propriedade da instituição até o fim do contrato. Por isso, o contratante desta modalidade deve estar atento as cláusulas do contrato, e verificar se as prestações que se seguirão, geralmente por um longo período de tempo, caberão confortavelmente em seu orçamento.

Os juros dos financiamentos à longo prazo são com certeza mais baixos que outras modalidades de crédito, porém, deve-se ter em mente que dependendo da finalidade da contratação, ao final do pagamento da dívida o valor do patrimônio final, ou seja, o valor final do bem adquirido pode ser muito mais baixo que o valor total pago à agência fornecedora de crédito.

3 A QUALIDADE DE VIDA E O PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A expressão “qualidade de vida” não deve ser entendida de maneira limitada e relacionada apenas a saúde física, haja vista que ela está relacionada a vários fatores que estão ligados a vida do ser humano, com o objetivo de contribuir para o seu bem-estar físico e mental, como por exemplo, sua relação nos aspectos socioeconômicos, psicológicos, vida financeira, dentre outros.

Limongi-França (1996, p. 28-29) entende que a qualidade de vida está relacionada a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, suas crenças pessoais, modo de agir frente a situações, preocupações, expectativas e objetivos dentro dos sistemas culturais, sociais e de valores em que se encontra. Nesse sentido, pode-se afirmar que a qualidade de vida pode ser definida como a satisfação do indivíduo em relação a sua vida cotidiana. Naturalmente, a vida em sociedade exige valores e necessidades que estão associadas às finanças, de forma direta ou indiretamente.

Corroborando com o entendimento de Limongi-França, Lima (1996, p.18) comenta que a qualidade de vida é a “adaptação entre aquilo que o homem aspira e o que efetivamente obtêm na vida que leva”. Portanto, partindo do pressuposto que as necessidades e desejos humanos são ilimitados, sempre haverá um desequilíbrio na relação entre esses dois fatores, influenciando na satisfação pessoal.

Indubitavelmente, observa-se que o dinheiro é o meio que permite ao ser humano a satisfação de suas necessidades. No entanto, a cultura do consumo potencializada pela publicidade, gera no individuo o desejo de adquirir produtos diversos daqueles relacionados as suas necessidades essenciais. A situação piora quando a pessoa tenta satisfazer ambos sem ter condições para tal, acumulando dividas até ultrapassar o seu controle financeiro.

O quadro abaixo, elaborado por Albert Chneiweiss, conhecido como quadro de avaliação do diferencial de aspiração/satisfação, considera que a diferença superior a 300 pontos entre estes dois polos vem a colocar o indivíduo em estado crônico considerado estresse.

Quadro 1 - Quadro de avaliação do diferencial de aspiração/satisfação de Albert-Chnesiweiss

	ASPIRAÇÕES	SATISFAÇÕES
--	------------	-------------

	Pontuar de 1 a 100	Pontuar de 1 a 100
PROFISSIONAL		
Salário		
Interesse		
Gratificações		
Relações Humanas		
Perspectiva de Carreira		
FAMILIAR		
Relação conjugal		
Relação com os pais		
Relação com os filhos		
Outras relações familiares		
LAZER		
Tempo disponível		
Qualidade de relaxamento		
Prazer		
Capacidade financeira		
Relações de amizade		
TOTAL		

Fonte: Lima (2002, p. 18)

Nos itens listados em cada modalidade nota-se que praticamente todos eles têm alguma relação com o dinheiro. Isso significa, que a falta de meios para satisfazer algumas destas necessidades pode acarretar em um aumento do estresse do indivíduo entre outros problemas, tendo sua origem no desequilíbrio financeiro, conforme explicado por Pereira e Santana (2008, p.19):

Do estresse financeiro muitas outras afecções psicológicas, emocionais e também físicas se desenrolam, podendo levar o indivíduo a um mau desempenho de qualquer atividade que esteja empenhado. Uma pessoa que não honra com seus compromissos financeiros sofre várias pressões para saná-los, tanto das instituições reguladoras do crédito, como também da sociedade em que vive.

Ainda conforme Lima (2002), o estresse consiste em alterações globais do organismo, em processo de adaptação às situações estressoras. É um mecanismo de luta e fuga que pode se originar por meio dos estímulos, sejam eles positivos ou negativos, internos ou externos, que variam em intensidade de indivíduo para indivíduo.

Para evitar, ou corrigir problemas financeiros a elaboração de um planejamento faz-se necessário para que se atinja os reais objetivos de forma satisfatória. Porém tem que ser levado em consideração, no momento da confecção deste, o grau de previsibilidade das variáveis inseridas no contexto do planejamento,

pois, quanto mais previsível forem estas variáveis mais confiável será o resultado planejado. Logo, o planejamento deve estar disponível para sofrer adaptações, como aponta Marques e Correia Neto (2019, p. 24):

O planejamento não deve ser considerado uma peça imutável, rígida a ponto de permanecer inalterado mesmo diante de uma mudança de cenário, seja ela positiva ou negativa. Portanto, é relevante perceber que não se deve negligenciar o fato de que alguns fatores não são controláveis a priori, o que sugere um certo grau de flexibilidade sobre o que foi planejado.

Para que o planejamento financeiro seja flexível é necessário que esteja pautado em um orçamento organizado e realista evitando confiar em projeções, bonificações, indenizações judiciais ou possíveis aumentos salariais. Assim, todo recurso que vier além da renda mensal deverá ser considerado lucro, vindo a contribuir para uma reserva de emergência ou investir em algo que melhore o padrão pessoal e familiar.

3.1 Controle

Segundo Cerbasi (2012, p.26), o planejamento é eficiente e preciso quando existe taxatividade na descrição das despesas com o intuito de manter um equilíbrio financeiro, que significa gastar menos do que recebe e ainda investir o que sobrar. Por isso, o equilíbrio é fundamental para viabilizar a realização dos objetivos traçados no planejamento.

Portanto, para que o planejamento funcione é necessário que haja um controle, que verificará se as metas estabelecidas estão sendo cumpridas. Assim Marques e Correia Neto (2019, p. 25) ensinam que:

O controle consiste, de maneira geral, em verificar se os planos e os objetivos estão sendo realizados conforme o planejado e, conseqüentemente, se as metas estipuladas estão sendo atingidas. A função de controle, portanto, é acompanhar a execução das atividades e as movimentações financeiras delas decorrentes.

As atividades que normalmente compõem o controle financeiro são quatro. A primeira atividade é verificar os fluxos de caixa realizados e as alterações patrimoniais em determinado período de tempo. Tal acompanhamento é fundamental para monitorar os resultados alcançados em cada período (semana, mês ou ano, por exemplo).

Em seguida, devem-se analisar os desvios do realizado em relação ao planejado. Por meio dessa comparação, pode-se verificar o quão eficaz foi a gestão financeira para atingir as metas traçadas. Caso o resultado tenha ficado muito abaixo do que foi planejado, alguma circunstância negativa deve ter acontecido, concorrendo para esse resultado indesejado. Caso o resultado tenha sido superior ao planejado, as alterações nas circunstâncias beneficiaram a família.

Posteriormente, é fundamental identificar as causas dos desvios. Além de buscar compreender o que está impactando nos resultados alcançados, esta etapa permite um melhor entendimento dos fatores influenciadores sobre os resultados.

Por fim, ações corretivas sobre os desvios observados devem ser adotadas. Não basta verificar os desvios e as suas causas a partir de circunstâncias não previstas e impactantes dos resultados, devem ser estabelecidas ações corretivas a fim de recompor os resultados e/ou melhorá-los.

Por isso o controle orçamentário deve partir de um planejamento financeiro que defina, além dos tipos de despesas que serão pagas, o destino dos recursos que sobrarem, seja para algum tipo de investimento, reserva de emergência, lazer pessoal ou familiar, educação, entre outros. Pois, simplesmente separar valores para despesas prefixadas, e gastar o restante sem objetivos claros, demonstra que o indivíduo utiliza seu dinheiro de forma irresponsável, negligenciando a formação de reservas para o futuro. (CERBASI, 2012, p. 26).

A falta de objetivos claros, traduzida principalmente nos pequenos gastos diários, é considerada por vários autores um dos maiores vilões do orçamento doméstico. Muitos os ignoram, mas quando relacionados diariamente em uma caderneta ou planilha eletrônica, por exemplo, representam uma dedução expressiva no orçamento.

Por isso, fazer uso apenas de faturas de cartão e boletos de pagamento para controle financeiro não é aconselhado, pois algumas despesas são realizadas com dinheiro em espécie, não apresentando uma visão clara de para onde estão sendo destinados os recursos. Neste sentido, Cerbasi (2012, p.104 apud PEREIRA, 2008, p.33) alerta: “[...] estude cada gasto que você tem. Primeiro veja o que pode ser reduzido sem prejudicar o seu padrão de vida. Identifique os gastos supérfluos e corte-os”.

Mas, controle não necessariamente é sinônimo de sucesso ou planejamento eficaz, pois fazer uso de planilhas eletrônicas, caderneta de anotações, ou de outros meios, apenas para saber o quanto se tem de saldo na conta pode se tornar apenas um controle pelo controle, não surtindo efeito algum, continuando despreparado para o surgimento de imprevistos, ocasionando endividamentos que poderiam ser evitados.

Conforme Cerbasi (2012, p. 26):

Se, por outro lado, você procura manter algum tipo de disciplina com os gastos ao controlar suas dívidas, mas não controla o suficiente para viabilizar sobras regulares, a situação é ainda pior. Você apenas tem mais trabalho

para conduzir a vida de maneira descuidada. O controle, por si só, não passa de perda de tempo.

Por isso, o ideal é ter o controle de todas as despesas mensais e viabilizar para que possa tanto usufruir do restante da renda, quanto adotar iniciativas para proporcionar uma poupança regular dando mais qualidade ao consumo financeiro. A viabilização de saldos positivos para outros fins, como aplicações financeiras perpassa por uma série de conceitos, atitudes e hábitos financeiros saudáveis que devem ser colocadas em prática, como ensina Pereira (2008, p. 32):

Controlar o orçamento é, portanto, saber gastar e nisso estão inseridas lições básicas como: poupar antes de comprar, fugir de juros altos dos financiamentos ou crediários, pagar dívidas com toda a pontualidade possível, não adquirir nada que não tenha condições de saldar, comprar à vista, negociar cada centavo durante uma compra, comprar no momento adequado movido pela necessidade e não pela emoção ou vaidade, evitar compras de presentes caros para os filhos que ainda não entendam sobre marcas ou etiquetas, entre outras.

Notadamente, almeja-se chegar ao ponto de equilíbrio financeiro pessoal ou familiar, porém, muitas pessoas imaginam esse equilíbrio como uma situação em que não há poupança nem investimentos, mas também, não há dívidas em atraso. Contudo, todos estão sujeitos a imprevistos o qual pode facilmente abalar este “equilíbrio” idealizado por muitos, visto que não há reservas destinadas para estas emergências.

Dessa forma, entende-se que o controle verdadeiro não apenas descreve os gastos, mas apresenta o feedback do saldo restante com o objetivo de garantir a viabilização desse saldo para formar uma reserva de segurança ou o investimento propriamente dito. Complementando este entendimento, Cerbasi (2012, p. 18) traz em seus ensinamentos a ideia do Patrimônio Mínimo de Sobrevivência:

O Patrimônio Mínimo de Sobrevivência é aquele que você precisa ter para simplesmente poder dar um rumo a sua vida em caso de desemprego, doença ou planos frustrados em sua atividade de negócios. É com essa reserva que você manterá seu padrão de consumo até que as coisas se normalizem. Tal reserva deve ser constituída por investimentos de liquidez, ou seja, por um patrimônio que não esteja sendo desfrutado por sua família, como sua moradia e seu automóvel. Se seu único patrimônio se constitui de bens em situação de desfrute, lamento informar: eles foram adquiridos precocemente e são o principal fator de risco de sua vida financeira.

Então o Patrimônio Mínimo de Sobrevivência (PMS) é uma espécie de reserva, de preferência, formada por bens que apresentem liquidez, ou seja, estejam disponíveis no momento em que for necessária à sua utilização. Neste caso específico

destinado para a manutenção do atual padrão de consumo que se tem até que a situação possa retornar ao seu padrão de normalidade.

Segundo o autor, o PMS vai além de uma reserva de emergência, pois serve como um estabilizador, que possibilita a tomada decisões importantes, mantendo a tranquilidade em situações que seriam desesperadoras para a maioria das famílias. E aconselha que os PMS sejam referentes a pelo menos 6 vezes o valor do gasto médio mensal familiar.

$$\text{PMS} = 6 \times [\text{Gasto Médio Mensal Familiar}]$$

Essa é uma das primeiras medidas a serem tomadas quando se pensa em organizar-se financeiramente, para se preparar para eventualidades e a partir daí começar a investir. Pois não é aconselhado correr riscos investindo sem ter base para suportar perdas inesperadas no investimento, ou imprevistos que necessitem do PMS.

3.2 Consumo

O consumo está presente desde o início da humanidade, porém, com o passar das épocas, seu conceito estendeu-se para além de suprir as necessidades de sobrevivência e perpetuação da espécie. Com o passar do tempo itens disponíveis para o consumo deixaram de ser mais que ferramentas de trabalho para serem objetos que se traduzem em status e poder. (CORTEZ; ORTIGOZA, 2007).

Considerando uma abordagem genérica do consumo, Bauman. Z. (2008, p. 37), conceitua:

O consumo é uma condição e um aspecto permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos, um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros indivíduos.

O consumo, em dias atuais, por si só significa comprar ou adquirir algo para satisfazer alguma necessidade, o consumismo é a sua prática exagerada, um comportamento compulsivo de aquisição de produtos ou serviços desnecessários. O indivíduo passa a tratar o produto supérfluo como essencial. Segundo Landoski (2014, p.3) consumismo “é a busca da felicidade pela aquisição de objetos ou símbolos de bem-estar ou sucesso”. Ou seja, traduz-se pelo sentimento de reconhecimento no meio em que vive.

Segundo Baudrillard (1995), o consumo passou a ser visto como forma de Status Social, garantindo lugares de destaque, reafirmar personalidades fracas ou patológicas, conceder vantagens, excluir e incluir as pessoas dentro de grupos e categorias sociais que são importantes dentro da comunidade em que convivem, entre outros motivos. Muitas outras razões são aceitas e reafirmadas erroneamente apenas através do consumismo, ou seja, do que se possui, de forma que as pessoas chegam a compartilhar desse hábito por medo de se tornarem um corpo estranho ao grupo que estão inseridos.

Diante do atual desejo do indivíduo encontrar o seu lugar na sociedade, a indústria de marketing estimula constantemente o consumo por impulso, a partir do uso dos mais variados meios de comunicação como Instagram, Facebook, WhatsApp, canais de televisão, etc. Assim, é criada uma falsa existência de demanda por parte de seus usuários. Muitas vezes os bens ofertados são destinados a satisfazerem apenas os desejos supérfluos, não sendo suficientes para contribuir com a qualidade de vida do indivíduo.

As mídias são importantes e sofisticados dispositivos técnicos de comunicação que atuam em muitas esferas da vida social, não apenas com funções efetivas de controle social (político, ideológico...), mas também gerando novos modos de perceber a realidade, a aprender, produzir e difundir conhecimentos e informações. (BELLONI; BÉVORT 2009, p. 183, apud LANDOSKI, 2014, p.3).

Contudo, o controle do consumo é ignorado por muitas famílias e instituições de ensino brasileiras e seu resultado não passa despercebido. É o que demonstra a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em 2019, onde 46% dos brasileiros, com idade entre 25 e 29 anos, estão inadimplentes. Entre os que têm idade entre 18 e 24 anos, o percentual é de 19%, somados, eles representam cerca de 12,5 milhões de pessoas.

3.2.1 Consumo consciente

As decisões sobre o consumo embora pareça algo que afete apenas o indivíduo em âmbito pessoal, deve-se analisar de forma holística, visto que os produtos têm como matéria-prima recursos naturais escassos no planeta e que são essenciais para a manutenção dos ecossistemas terrestre. Assim, a exploração

desequilibrada de tais recursos, decorrentes de más decisões tomadas no presente geram impactos que afetam a sobrevivência das gerações futuras.

Logo, o consumidor que observa os impactos das suas atitudes em médio e longo prazo, respeitando todo um sistema, é chamado de consumidor consciente. Este comportamento proporciona a ampliação do conceito da educação financeira no momento em que incorpora às escolhas de consumo considerações sob os aspectos sociais e ambientais, tais como modo de produção, quantidade e qualidade das matérias-primas, tipo e qualidade de mão de obra, produção de resíduos e outros aspectos relevantes para o meio ambiente e para a sociedade.

O Caderno de Educação Financeira produzido pelo Banco Central do Brasil (2013) traz que o consumidor consciente se trata de: “ter o que você precisa e ser um consumidor social, ambiental e economicamente sustentável”. Na Tabela abaixo é demonstrado as principais diferenças do consumidor consumista para o consumidor consciente:

Quadro 2 - Consumidor consumista X Consumidor consciente

Consumidor consumista	Consumidor consciente
Gasta compulsivamente.	Pondera antes de comprar
Pensa apenas em si próprio	Pensa em si e no resto da sociedade, inclusive as futuras, pensa no impacto sobre o meio ambiente antes de comprar
Compra tudo o que deseja	Compra apenas o necessário
Joga todas embalagens no lixo	Reutiliza as embalagens
Qualquer tipo de resíduo é considerado lixo	Separa o que é lixo orgânico do que é reciclável e dá a destinação correta
Se estiver fácil para comprar e for barato não se preocupa se o produto é pirata ou contrabandeado	Não compra produtos piratas e contrabandeados, mesmo os mais baratos
Desperdiça. Deixa torneira aberta sem usar a água, deixa lâmpada acesa sem estar no ambiente, deixa os aparelhos elétricos e eletrônicos ligados sem estar em uso etc.	Evita desperdícios e utiliza efetivamente o que comprar
Orienta-se pelo status.	Orienta-se por um estilo de vida saudável
Faz “shopping terapia”	Não baseia seu lazer no consumo

É imediatista e não se preocupa com o futuro.	É previdente e sabe que o futuro é consequência das escolhas de hoje
---	--

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil, 2013.

Diante destas informações e fatos, torna-se imprescindível a reflexão e adoção de novas atitudes do consumidor, que deve ser consciente das consequências de seus atos. Considerando suas aquisições voltadas apenas para uma melhor qualidade de vida pessoal e familiar, não trocando bens ainda satisfatórios, ou endividando-se sem condições para tal.

3.3 Investimentos

Para compreender a lógica dos investimentos é importante entender a diferença entre ativos e passivos. De maneira simples, ativos são todos os bens capazes de gerar algum tipo de retorno financeiro, ou seja, geram receitas. Enquanto os passivos são todos aqueles bens que subtraem valores da sua renda, ou seja, geram despesas, entre eles estão veículos, residências, cartões de crédito, hipoteca imobiliária etc.

Segundo Kiosaky (2016, p.31), investimentos são aplicações em ativos que geram algum tipo de retorno financeiro para o investidor. Após começar a poupar e montar uma reserva de emergência que consiste em um estoque de recursos destinadas para possíveis imprevistos, deve-se pensar em investir em ativos, observando que os investimentos envolvem três pilares: risco, rentabilidade e liquidez.

- a) O **risco** é a probabilidade de o investimento dar errado, ou seja, em vez de haver lucro pode existir prejuízo em relação ao investimento, indo de encontro ao seu planejamento;
- b) A **rentabilidade** é o retorno que se espera obter em determinado período de tempo em que o recurso estiver investido, ou seja, é o valor final que se espera receber;
- c) A **liquidez** é a capacidade de conversão de um bem (ativo) em dinheiro, então, em termos simples, é o prazo que se tem para resgatar o dinheiro investido.

O perfil de cada investidor é definido a partir ponto de equilíbrio entre estes três pilares, e são comumente classificados como Conservadores, Moderados e

Agressivos. Estas classificações não impedem que as plataformas financeiras criem seus próprios perfis, oferecendo diferentes possibilidades de investimento.

Abaixo estão descritas as características de cada uma das principais classificações:

Conservador: é o perfil geralmente de iniciantes que ainda não tem muito conhecimento sobre o mercado financeiro, ou não estão dispostos a correr riscos, priorizando a preservação dos recursos acima da rentabilidade. Não tolera a perdas e falta de liquidez. Costumam optar por fundos de renda fixa conservadora, como os fundos DI, Tesouro Direto, Certificados de Depósito Bancário (CDB), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA).

Moderado: é um diversificador, tenta minimizar as perdas, mas está disposto a assumir riscos um pouco maiores visando uma rentabilidade superior à média do mercado, devido maior patrimônio tem mais segurança para aplicar em investimentos que tem maior volatilidade. Porém, não deixa a segurança de lado, por isso, controla a quantidade de perdas e mantém mais ativos conservadores que arriscados como ações, fundos multimercados, debêntures, fundos de ações, aluguel de ações, fundos imobiliários e Letras Financeiras.

Agressivo: está disposto a assumir riscos mais altos, para atingir lucros maiores. Está preparado para obter rentabilidade no médio e longo prazo, afim de compensar perdas do curto prazo. Tem bom conhecimento do mercado. Prioriza a rentabilidade do investimento. O principal obtivo é multiplicar seu patrimônio no longo prazo.

Para encontrar o ponto de equilíbrio para cada investidor é necessário levar em consideração, como visto acima, a formação acadêmica, a situação financeira (renda e patrimônio), idade, a necessidade financeira futura, o nível de conhecimento do mercado, o objetivo do investimento e o prazo de aplicação desejada. Não é aconselhável que o investidor se precipite e inicie investindo em modalidades agressivas, pois pode ser que ele não esteja preparado para a volatilidade que os mercados financeiros apresentam.

4 ENDIVIDAMENTO

Bauman Z. (2010, p. 9) analisa que o comportamento humano nas relações de consumo apresenta um amontoado de consumidores/devedores, que se acostumaram a levar suas vidas submersas em meio ao crédito. O autor trata o crédito como um vício que alimenta um sistema parasitário, que é o capitalismo, e este, depende de um hospedeiro, que é o homem que sente a necessidade de pertencer ao consumo descontrolado do mundo contemporâneo, sustentando a relação do consumo/endividamento.

Segundo Ferreira (2008, p. 242-243, apud ARTIFON; PIVA, 2014, p.13):

Vivendo neste início de milênio, uma exuberante onda consumista, impulsionada por crédito fácil, de um lado, abundância de produtos, de outro, e, para completar, alguma complacência no que diz respeito à renegociação de dívidas em alguns casos [...], e a corrente aceitação social da inadimplência como uma espécie de fato de vida, o endividamento passa a ser visto por uma ótica bastante diferente na atualidade. Se antes causava vergonha e angústia à maioria das pessoas, hoje podemos encontrar até mesmo a situação oposta – pessoas que chegam a se vangloriar do alto volume de dívidas como um tipo de troféu: Se devo tudo isso, não sou, sem sombra de dúvidas, um João ninguém!”. Em outras palavras, vivemos hoje numa cultura de endividamento.

A necessidade em participar naturalmente do consumo exagerado faz com que o indivíduo só perceba que está endividado quando apresenta problemas financeiros críticos, que o impossibilita de honrar com seus compromissos financeiros. Porém, o endividamento no mundo financeiro é na verdade um indicador de saúde financeira, que mede o quanto uma pessoa física ou jurídica tem em dívida sobre o seu patrimônio e ativo rotativo (FARIA 2006 apud ZANICHELLI; MEDEIROS 2017, p.53).

O endividamento pode ser dividido em dois tipos de endividamento: passivo e endividamento ativo. Segundo Faria (2006 apud ZANICHELLI; MEDEIROS, 2017, p.57) o endividamento passivo é resultante das despesas que surgem inesperadamente por motivos de doença; acidentes de trânsito; morte; separação, desemprego, etc. Já o endividamento ativo caracteriza-se pela má gestão dos recursos financeiros, sem a existência de um planejamento de orçamento.

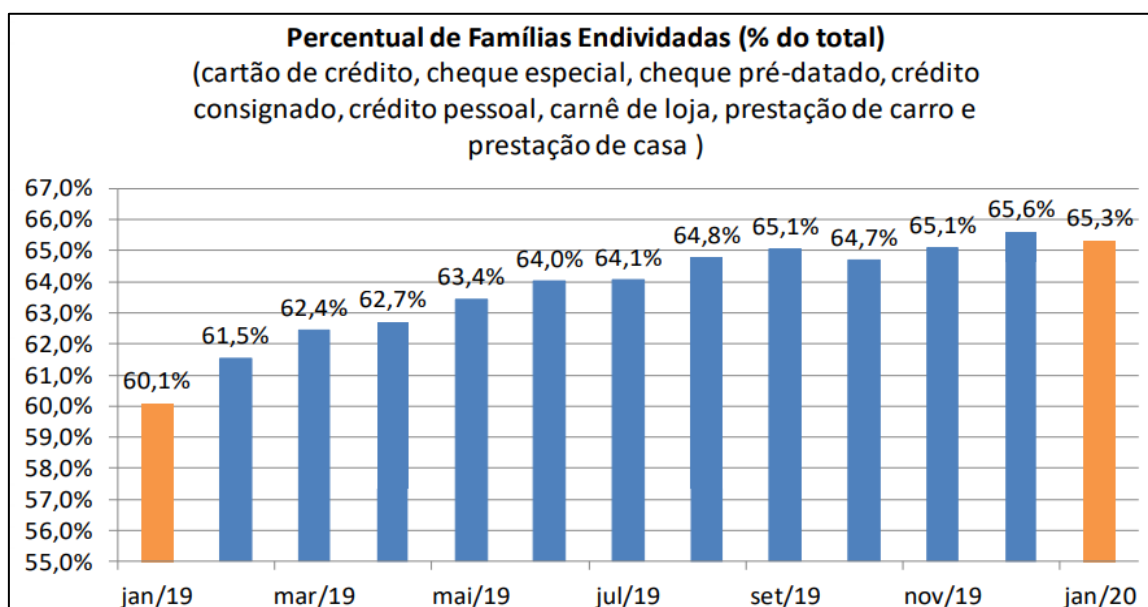
Maia (2007), complementa dizendo que geralmente pessoas com melhores condições de renda, costumam poupar cerca de 10% do que recebem, enquanto os que apresentam menos condições costumam gastar além do que recebem com gastos supérfluos que levam ao hábito da má gestão.

O endividamento descontrolado está ligado, também, a má gestão das dívidas originadas a partir da utilização indiscriminada das mais diversas linhas de crédito disponíveis no mercado. Por isso, Especialistas financeiros alertam para que se tenha atenção aos juros de cada modalidade para escolher a linha de crédito mais adequada no momento, e evitar um endividamento paralelo enquanto busca soluções financeiras nesses tipos de crédito.

Várias formas e fontes de crédito podem ser utilizadas: cheque especial, cartão de crédito, crediário, crédito imobiliário, crédito consignado, crédito produtivo (investimento e capital de giro), hipotecas, empréstimos com agiotas, parentes e amigos. Uma situação de inadimplência pode levar um indivíduo a realizar mais de um financiamento e chegar a uma situação de múltiplo endividamento (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009, p.4).

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2020), o nível de endividamento das famílias brasileiras que relatam ter dívidas entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnê de loja, prestação de carro e prestação da casa apresentou percentual de 65,3% em janeiro de 2020, representando alta de 5,2 pontos percentuais quando comparado a janeiro de 2019. Como verifica-se no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Percentual de famílias endividadas



Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. (2020).

O gráfico demonstra que houve um aumento no número de endividados no período de apenas um ano. Isto comprova a prática de um comportamento consumista que se torna preocupante, visto que dívidas em demasia pode sufocar a manutenção

de necessidades essenciais. Mas conforme os ensinamentos de Saurin (2017, p.10), endividamento em si não é um problema “desde que se tenha condições de pagar” pois devido à inflação e elevação dos preços, torna-se impossível para algumas pessoas realizarem o sonho da casa ou do automóvel próprio sem ter que recorrer à financiamentos. Portanto, o que resta nestes casos é ficar atento aos juros e buscar os melhores financiamentos disponíveis com parcelas que não venham a comprometer a renda familiar mensal.

É importante observar e planejar-se conforme a frequência, incidência e origem de cada despesa, visto que existem aquelas que são mensais ou anuais, como IPTU, festas de fim de ano, IPVA, Imposto de Renda, volta às aulas e por vezes são deixadas de fora do planejamento. Estas, frequentemente, surpreendem as famílias nos primeiros meses do ano, e, por não terem tido a devida atenção, tornam-se difícil de gerenciar. O Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais CEFGP (2013) traz no quadro abaixo, alguns tipos de origens das dívidas.

Quadro 3 - Origens das dívidas

Despesas sazonais	As despesas sazonais, aquelas que ocorrem em determinada época do ano, como pagamento de IPTU, IPVA, Imposto de Renda ou material escolar, nem sempre são observadas ao se fazer um planejamento. É comum, no início do ano, as famílias terem dificuldades em função dessas despesas. Existem ainda as datas comemorativas, como Natal, Dia das Mães, Dia das Crianças, aniversários etc. A falta de planejamento e controle pode implicar desembolsos “inesperados”, o que, às vezes, podem levar à necessidade de contratar uma operação de crédito (tomar um empréstimo ou financiamento). Se você deseja minimizar a possibilidade de se endividar, a dica é: planeje-se.
Orçamento deficitário	É comum encontramos pessoas desejando e usufruindo um padrão de vida acima do padrão de renda que possuem. As facilidades determinadas pelo crédito fácil propiciam um excesso de compras a prazo que, muitas vezes, comprometem a situação financeira das famílias. Cuidar do orçamento familiar de forma a estar sempre superavitário deve ser uma constante busca de todos nós. Portanto, é fundamental colocarmos em prática o que aprendemos sobre a elaboração do orçamento.
Redução de renda sem redução de despesas	Essa é outra questão importante a ser avaliada, podendo ser a porta da entrada para o endividamento excessivo. A perda de emprego ou de parte da renda familiar sem a devida redução nas despesas pode, facilmente, levar uma família ao endividamento excessivo. Portanto, ao deparar-se com uma redução de renda, é fundamental fazer uma cuidadosa revisão do orçamento pessoal e familiar, adequando as despesas à nova realidade.
Despesas emergenciais	Imprevistos acontecem. Um defeito ou uma batida no veículo, ou problemas de saúde na família são exemplos corriqueiros.

	Entretanto, nem sempre estamos preparados financeiramente para superar esses obstáculos. Logo, fazer uma poupança para cobrir eventualidades é um importante cuidado para você não cair no endividamento. Outra forma de tratar as despesas emergenciais é por meio da prevenção, fazendo um seguro. Esse assunto será abordado mais à frente.
Separação de bens, mas não dos gastos (divórcio)	Muitos casais, ao terminarem o relacionamento, separam-se e dividem os bens que possuíam. Alguns gastos que eram únicos ao casal, como contas de água, luz, condomínio etc., agora têm de ser pagos de forma individual. Ou seja, enquanto antes existia uma conta de condomínio, agora existem duas. Por outro lado, a receita também mudou. Agora cada um tem a sua renda. Eventualmente pode haver, inclusive, o pagamento de pensão alimentícia. Obviamente, ambos têm de se ajustar a essa nova realidade financeira para evitar o endividamento
Marketing sedutor	As técnicas de vendas e a tecnologia colocada à disposição dos profissionais de <i>marketing</i> , ao mesmo tempo em que impulsionam as vendas, também impulsionam compras não planejadas ou realizadas por impulso, podendo provocar desequilíbrios orçamentários e financeiros, ou até mesmo superendividamento. Convém, então, estar atento aos atrativos do <i>marketing</i> sedutor e ao compromisso com o cumprimento do planejamento financeiro pessoal ou familiar
Pouco conhecimento financeiro	O fato de as pessoas desconhecerem produtos financeiros é também determinante para que fiquem endividadas. Não conhecer o impacto que o pagamento de juros pode causar no orçamento pessoal e familiar e a não leitura dos contratos firmados são situações que contribuem efetivamente para o processo de endividamento.

FONTE: O autor, adaptado de CEFGP (2013)

A análise dos tipos de dívidas demonstradas acima, permite que o indivíduo reconheça o que está causando diretamente com o seu endividamento, e também, proporciona a constatação da incidência de possíveis despesas, de onde estas se originam, e assim consiga se planejar e se prevenir.

4.1 Os efeitos do endividamento e sua relação com o desempenho profissional

O atual cenário econômico brasileiro, o consumismo e o fácil acesso as modalidades de crédito são fatores que contribuem para o aumento do endividamento. Proporcionalmente a esse fato, há um aumento nos problemas sociais, psicológicos e na saúde do indivíduo. Vale salientar que não é simples entender qual o real efeito de uma dívida na vida de alguém, haja vista que ela pode se manifestar de várias formas

afetando a saúde física e mental dos indivíduos, refletindo diretamente na qualidade de vida e desempenho profissional.

A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em pesquisa realizada em 2019, constataram que oito em cada dez brasileiros afirmaram ter sentido algum sofrimento negativo após ser considerado inadimplente. Isso demonstra que as contas em atraso deixaram de ser apenas um problema que afeta as finanças, mas também a saúde física e mental dos endividados.

A realidade financeira, quando negativa, gera sentimentos como angústia, estresse, ansiedade, medo, tristeza e desânimo causados pela sensação de impotência frente aos problemas. A angústia e o estresse foram apontados pela pesquisa da CNDL e SPC (2019) como as principais emoções causadas pelo endividamento, os quais causam grandes problemas psicológicos na vida do indivíduo, conseqüentemente diminui sua produtividade, motivação e concentração no trabalho.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 90% da população mundial sofre interferência do estresse. Nesse contexto, uma pesquisa realizada pela International Stress Management Association (ISMA) em 2018 elencou o Brasil como segundo país mais estressado do planeta.

Segundo Lipp (2001), o estudo relacionado ao estresse é bem abrangente, pois implica diretamente na relação harmoniosa entre o indivíduo e a sociedade. O entendimento acerca do assunto e das conseqüências que o estresse pode trazer vão além do efeito psicológico no corpo humano, haja vista que abrange também o bem estar do indivíduo em todos os âmbitos, afetando assim a qualidade de vida e suas relações sociais.

O estresse é definido como um estado psicológico que surge quando um indivíduo se depara com situações adversas ao seu cotidiano, em que se reflete mentalmente ou fisicamente incapaz de lidar com uma situação. Tal estado psicológico pode se manifestar de diversas formas, variando de acordo com o indivíduo. (MICHIE, 2002, apud ANDRADE, 2012, p. 5).

Lipp (2005, p.73) nos traz alguns efeitos que podem surgir a partir do estresse:

As consequências de altos níveis de stress são percebidas pelas licenças médicas e absenteísmo, queda de produtividade, desmotivação, irritação, impaciência, dificuldades interpessoais, relações afetivas conturbadas, divórcios, doenças físicas variadas, depressão, ansiedade e infelicidade na esfera pessoal.

Constata-se que as alterações de cunho pessoal se relacionam com a vida profissional, onde as relações interpessoais e sociais se estabelecem. Nesse aspecto, inclui-se o policial militar, objeto do presente estudo, considerando a verificação de um elevado número de faltas e atrasos nas atividades diárias e um excesso de visitas ao ambulatório médico e prescrição do uso de fármacos.

Costa (2018, p. 31) comenta que:

O endividamento do policial militar [...] pode surgir como fator estressante no trabalho quando este indivíduo encontra empecilhos em honrar seus acordos financeiros e, de modo específico com este militar, afeta seus estados emocionais, comportamentais, psicológicos ou físicos, interferindo em sua produtividade no trabalho. Vale ressaltar que cada indivíduo reage de modo distinto quando exposto a determinada situação. Isto significa que não é todo policial militar que sofrerá do exemplo acima caso exposto ao endividamento.

Além de surgir como um fator estressante, o endividamento também pode causar outros impactos à saúde, relacionamentos e emoções. Cerca 60% dos brasileiros possuem alguma preocupação motivada por contas em atraso e, os principais problemas de saúde verificados entre os inadimplentes estão a diminuição da qualidade do sono, alteração no apetite, diminuição de rendimento no trabalho e a procura de vícios. (SERASA, 2019).

5 POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

A Polícia Militar do Maranhão (PMMA) foi criada através da Lei Providencial nº 21 de 17 de junho de 1836, sancionada pelo Sr. Antônio Pedro da Costa Ferreira, Presidente de Província do Maranhão, com o nome de “Corpo de Polícia da Província do Maranhão” que totalizava 412 (quatrocentos e doze) policiais. O Capitão de Exército Feliciano Antônio Falcão, foi promovido a Major para ser o primeiro Comandante Geral, encarregado de organizar a recém criada polícia militar, no tocante a disciplina, economia e regulamentos militares. (SOUSA et al., 2006, p. 37).

A Instituição PMMA recebeu várias nomenclaturas ao longo dos seus 183 anos tais como: Corpo de Polícia Urbana (1847-1849), Corpo de Polícia (1849-1892), Corpo de Segurança Pública (1889-1892), Corpo de Infantaria (1892-1910), Corpo Militar do Estado (1910-1922), Corpo de Segurança Pública (1922-1923), Batalhão Policial do Estado (1923-1925), Batalhão Auxiliar Brigada do Norte (1930), Força Pública do Estado (1930-1934) e, atualmente, Polícia Militar do Maranhão, conforme o Decreto nº 752 de 31 de dezembro 1934.

A Organização recebeu grande investimento em relação ao aumento do efetivo de policiais militares. Na última década houve dois concursos públicos realizados para a Polícia Militar do Maranhão, como o Edital de Concurso Público nº 03, de 10 de outubro de 2012, onde a convocação dos aprovados foi fracionada ao longo de 6 anos e, por meio do Edital nº1 – PM/MA, de 29 de setembro de 2017, onde mais de 1.100 (mil e cem) policiais foram incorporados às fileiras da Polícia Militar do Maranhão até o 4º trimestre de 2019.

No entanto, a quantidade prevista para o efetivo da Corporação é de 15.345 agentes. Esse novo número foi definido após da modificação no quadro estrutural da PMMA com a criação de novos Batalhões e transformação de Companhias em Batalhões, por meio da MP nº 264, de dezembro de 2017:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 264, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.
Dispõe sobre a criação e transformação de Organizações Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências.
O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do Art. 42 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:
Art. 1º Ficam criados na estrutura da Polícia Militar do Maranhão os seguintes Órgãos:
I - Diretoria de Ensino Regular (DER);
II - Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI);
III - Comando de Missões Especiais (CME);

IV - Batalhão de Polícia Militar Tiradentes (BPM TIRADENTES), com sede no município de São Luís/MA;

V - 1º Batalhão Escolar da Polícia Militar (1º BEPM), com sede no município de São Luís/MA.

[...]

Art. 5º Ficam transformadas na estrutura da Polícia Militar as seguintes Organizações Policiais Militares (OPM):

I - em Batalhão de Polícia Militar de Choque (BPChoq) - Major QOPM Luís Fábio Siqueira Silva, com sede no Município de São Luís/MA, o Batalhão de Missões Especiais (BME) - Maj PM Luís Fábio Siqueira Silva;

II - em 27º Batalhão de Polícia Militar (27º BPM), com sede no município de Rosário/MA, a 7ª Companhia de Polícia Militar Independente (7ª CI);

III - em 28º Batalhão de Polícia Militar (28º BPM), com sede no município de Itapecuru-Mirim/MA, a 8ª Companhia de Polícia Militar Independente (8ª CI);

IV - em 29º Batalhão de Polícia Militar (29º BPM), com sede no município de Zé Doca/MA, a 12ª Companhia de Polícia Militar Independente (12ª CI);

V - em 30º Batalhão de Polícia Militar (30º BPM), com sede no município de Buriticupu/MA, a 14ª Companhia de Polícia Militar Independente (14ª CI);

VI - em 31º Batalhão de Polícia Militar (31º BPM), com sede no município de Governador Nunes Freire/MA, a 16ª Companhia de Polícia Militar Independente (16ª CI).

[...] (MARANHÃO, 2017, p. 1).

Devido à aprovação da Medida Provisória, a criação dos Batalhões significou aumento do efetivo nas áreas das novas sedes, conseqüentemente, houve aumento do policiamento, melhorando o serviço prestado a comunidade. Segundo o Mapa Trimestral de Efetivo da Corporação obtido na 1ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Maranhão o efetivo total da PMMA conta 10.928 policiais militares. Destes, 9.993 são praças e 935 são oficiais, dando uma média de 647 habitantes por policial militar no Maranhão. (Anexo A).

Embora se foque muitas vezes no aumento do efetivo policial militar, deve se ter mente que a qualidade do serviço prestado a sociedade não depende apenas do quantitativo, mas também da saúde física e mental dos agentes policiais capazes e dispostos a prestar um serviço de excelência. Ou seja, o investimento na qualidade de vida desses policiais é imprescindível para que não se desenvolvam problemas que interfiram no desempenho das atividades fins da Polícia Militar. Infelizmente, a oferta de cursos voltados para o bem-estar e desenvolvimento pessoal do policial militar ainda é mínima, não por falta de vontade, mas por falta de recursos.

A Polícia Militar do Maranhão dispõe de um setor responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento profissional do policial militar chamado CAPS – Centro de Apoio Psicossocial da Polícia Militar. Durante a elaboração deste estudo, o CAPS dispunha de 6 oficiais psicólogos para atendimento de todo o efetivo da PMMA. No passado havia um certo preconceito na busca por esses serviços, mas, nos últimos

anos com a conscientização da importância da manutenção da saúde mental, a procura por atendimento nesse setor, aumentou consideravelmente.

5.1 O policial militar do Maranhão: contextualizando o objeto de estudo

A Polícia Militar do Maranhão passou um longo período sem promoções, e sem valorização salarial, o que desmotivava muitos policiais militares devido ao perigo da atividade policial e relevância dos seus serviços prestados. Por isso, reconhecendo a importância das forças militares estaduais, e visando valoriza-las o Governo do Estado do Maranhão por meio da medida provisória nº 197, de 23 de abril de 2015 definiu os novos valores dos subsídios aos membros da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, conforme o quadro 4:

Quadro 4 - Escalonamento Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares

POSTO OU GRADUAÇÃO	VIGENTE	A PARTIR DE MAIO DE 2015	A PARTIR DE MAIO DE 2016	A PARTIR DE MAIO DE 2017	A PARTIR DE MAIO DE 2018
CORONEL	R\$ 13.889,18	R\$14.583,64	R\$ 15.312,82	R\$ 16.078,46	R\$ 17.200,00
TENENTE CORONEL	R\$ 10.708,56	R\$11.375,24	R\$ 12.097,13	R\$ 12.862,77	R\$ 14.087,80
MAJOR	R\$ 9.541,87	R\$ 10.135,63	R\$ 10.718,97	R\$ 11.415,71	R\$ 12.862,77
CAPITÃO	R\$ 7.833,50	R\$ 8.327,26	R\$ 8.881,44	R\$ 9.486,29	R\$ 10.718,97
1º TENENTE	R\$ 5.625,12	R\$ 5.979,29	R\$ 6.431,38	R\$ 6.913,74	R\$ 9.953,33
2º TENENTE	R\$ 5.041,77	R\$ 5.352,20	R\$ 5.818,87	R\$ 6.270,60	R\$ 9.187,69
ASPIRANTE OFICIAL	R\$ 4.430,65	R\$ 4.812,60	R\$ 5.665,74	R\$ 6.109,82	R\$ 7.962,67
ALUNO CFO 3º ANO	R\$ 2.819,50	R\$ 3.062,56	R\$ 3.368,82	R\$ 3.858,83	R\$ 4.716,35
ALUNO CFO 2º ANO	R\$ 2.722,28	R\$ 2.916,73	R\$ 3.215,69	R\$ 3.698,05	R\$ 4.716,35
ALUNO CFO 1º ANO	R\$ 2.611,17	R\$ 2.770,89	R\$ 3.062,56	R\$ 3.376,48	R\$ 4.716,35
SUBTENENTE	R\$ 4.236,20	R\$ 4.666,76	R\$ 5.512,62	R\$ 5.788,25	R\$ 7.962,67
1º SARGENTO	R\$ 3.763,97	R\$ 4.156,34	R\$ 4.900,10	R\$ 5.305,89	R\$ 7.043,90
2º SARGENTO	R\$ 3.263,96	R\$ 3.645,91	R\$ 4.364,15	R\$ 5.145,11	R\$ 6.125,13
3º SARGENTO	R\$ 3.027,84	R\$ 3.500,07	R\$ 3.981,33	R\$ 4.823,54	R\$ 5.328,86
CABO	R\$ 2.819,50	R\$ 3.368,82	R\$ 3.828,21	R\$ 4.341,18	R\$ 4.895,89
SOLDADO	R\$ 2.708,39	R\$ 3.237,57	R\$ 3.675,08	R\$ 4.019,62	R\$ 4.558,24

Fonte: (MARANHÃO, 2020)

O aumento dos subsídios juntamente com as promoções, indubitável e significativamente influem positivamente na motivação da tropa, pois com os novos postos e graduações decorrentes de ascensão profissional incorrem, também, em acréscimo nos vencimentos. Mas, o incentivo financeiro não é a única, nem a mais eficiente forma de motivar trabalhadores.

A motivação e o desempenho profissional não estão diretamente relacionadas ao dinheiro, como afirma Kaplan e Norton (1997, p. 230):

Indivíduos intrinsecamente motivados internalizam as metas organizacionais e se esforçam para alcançá-las, mesmo quando não estão explicitamente vinculadas a incentivos financeiros. Aliás, as recompensas explícitas, na realidade podem reduzir ou eliminar a motivação intrínseca.

O aporte financeiro acompanhado de sua gestão financeira eficaz tornará a valorização salarial, de fato, efetiva. Isto, naturalmente, proporciona um aprimoramento na qualidade de vida desses servidores. Um indivíduo que gasta tudo o que ganha, provavelmente terá seu aumento convertido imediatamente em propensão ao endividamento (KIOSAKY, 2013).

Além disso, uma boa organização financeira permite benefícios em diversos âmbitos, fornecendo bem estar, saúde mental equilibrada, harmonia no seio familiar e também profissional. Por isso, o equilíbrio financeiro é essencial para o policial militar, visto que esta condição não o isenta dos efeitos do endividamento. Conforme Pereira (2013, p.38):

O policial militar possui família, despesas fixas, despesas extras que irão ser sanadas pela renda mensal do militar e muitas vezes estas tornam-se comprometidas pela falta de gerenciamento financeiro. A partir desta situação, a saúde financeira do policial militar, estará fortemente debilitada. Com isso poderão surgir problemas psicológicos, organizacionais, sociais e conjugais que abalam a qualidade de vida do policial militar, que afetarão sua produtividade no trabalho durante o serviço. Dentre estes problemas estão: o estresse, a ansiedade, o cansaço, a preocupação e o medo de não poder pagar suas dívidas, bem como as consequências tanto na sua vida como a de suas famílias.

Desta forma, a preocupação com a saúde financeira do policial militar, com incentivo e orientação no intuito de estimulá-lo a se organizar financeiramente, visando um proveito racional dos seus recursos financeiros da melhor forma possível, evitando problemas ligados ao mau uso do dinheiro que poderão dificultar o seu convívio e desenvolvimento tanto em âmbito pessoal quanto profissional.

5.2 Dívidas do Policial Militar frente a legislação castrense

Segundo a Lei nº 6.513 de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão, traz que a Corporação está sujeita aos regulamentos do Exército Brasileiro:

LEI Nº 6.513 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1995
Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão e das outras providências.
A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO,
Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:
[...]
Art. 166 – São adotados na Polícia Militar do Maranhão, em matéria não regulada na legislação estadual, as leis e regulamentos em vigor no Exército Brasileiro, no que lhe for pertinente. [...] (MARANHÃO, 2015, p. 28).

Outras polícias do Brasil já deixaram de adotar muitos regulamentos do Exército Brasileiro (EB) para criar os seus próprios regulamentos adequados às suas realidades regionais. Entre os diversos regulamentos do EB utilizados pela PMMA estão o Manual de Ordem Unida C 22-5, Regulamento de Administração do Exército (RAE) e, um dos mais conhecidos por todos os militares, o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).

O RDE prevê, em seu anexo I, diversos itens que definem transgressões disciplinares entre elas estão transgressões relacionadas aos compromissos financeiros do policial militar, como segue abaixo:

DECRETO Nº 4.346, DE 26 DE AGOSTO DE 2002
Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o art. 47 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980,
DECRETA:
[...]
ANEXO I
RELAÇÃO DE TRANSGRESSÕES
[...]
33. Contrair dívida ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, que afete o bom nome da Instituição;
34. Esquivar-se de satisfazer compromissos de ordem moral ou pecuniária que houver assumido, afetando o bom nome da Instituição;
35. Não atender, sem justo motivo, à observação de autoridade superior no sentido de satisfazer débito já reclamado;
[...] (BRASIL, 2002, p. 19).

Estes itens geraram muitos posicionamentos diferentes quanto a ela, pois, alguns doutrinadores entendem que não deveria haver punição, ou muito menos tratar

o assunto como matéria disciplinar, devido ao teor de inconstitucionalidade observado nessas normas. Já outros entendem que a aplicação de sanções é pertinente, conforme Rocha (2020, p. 3):

Não se há de negar a abrangência da proibição constitucional de prisão civil por dívida, a qual encontra vigorosa ressonância nos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário; porém, ao deixar de pagar a dívida contraída ou honrar o compromisso assumido, desde que isso venha a expor o nome da Instituição militar a que pertence, surge a prática de transgressão disciplinar, a qual reclama punição disciplinar à altura.

Ademais, diversos outros dispositivos legais como a própria Carta Magna brasileira e o Pacto de São José da Costa Rica ao qual o Brasil é signatário, impedem a aplicação da prisão por motivo de dívida, exceto em dividas relacionadas à pensão alimentícia. Contudo, o fato exposto tratado no item do RDE é uma transgressão administrativa, portanto, a punição poderia estender-se à uma prisão. Porém com a sanção da Lei 13.967/19 de 26 de dezembro de 2019, vetou as medidas privativas e restritivas de liberdade nos casos de transgressões disciplinares por policiais e bombeiros militares em todo o Brasil.

Embora, a prisão disciplinar tenha sido extinta, os outros efeitos administrativos continuam sendo aplicados, não isentando o policial militar de responder pelas transgressões previstas no anexo I do RDE.

Continuando, o Supremo Tribunal Federal (STF) pacificou o assunto acerca da dívida pessoal do policial militar, com o entendimento de que este é competência da esfera cível:

STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 458555 CE [...] DECISÃO: 1. Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal e assim ementado: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTATUTO DO POLICIAL FEDERAL. RECEPÇÃO PARCIAL. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA. INADIMPLÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE.

1. A lei federal nº 4.878/65 não foi recepcionada integralmente na ordem jurídica posterior à Constituição de 1988.

2. Na aferição da responsabilidade administrativa é de se levar em consideração os fatos vinculados à atividade funcional do servidor público.

3. A inadimplência em dívidas contraídas na vida privada do Policial não constitui causa legítima para fundamentar a sua punição disciplinar, não sendo fato prestante para ser dirimido em Processo Administrativo ou Sindicância.

[...] (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA 2009, p. 1).

5.3 O Impacto do descontrole financeiro na vida do policial militar

O nível de conhecimento sobre a educação financeira do policial militar reflete significativamente no seu trato com o dinheiro, visto que a sua falta faz com que este assunto se torne um dos fatores de estresse na sua vida pessoal e profissional, interferindo nas ações concernentes ao exercício da atividade policial militar.

Essa modalidade de estresse ocorre quando um indivíduo encontra dificuldades no cumprimento de seus compromissos financeiros – geralmente, devido à falta de dinheiro. Obviamente, não se pode generalizar que toda pessoa com problemas em suas finanças sofrerá de estresse, pois cada indivíduo reage de maneira distinta a tais dificuldades. (ANDRADE, 2012, p. 6).

Sucedese que a falta de conhecimento sobre educação financeira e disponibilidade de crédito ofertado, em destaque aos servidores públicos, onde inclui-se o policial militar, facilmente leva-o ao descontrole financeiro acarretando na impossibilidade de cumprir com suas obrigações financeiras, pondo-o em situação de inadimplência.

Como se observa, o policial militar trabalha no limite entre a legalidade e ilegalidade, e a influência dos estressores interfere no seu controle e autonomia. Como este militar na sua corporação foi ensinado a ter dedicação à instituição, cumprir com os regulamentos e defender a sociedade com o sacrifício da própria vida, a violação destas condutas, devido aos fatores estressores, nem sempre é compreendida pela corporação. (COSTA, 2018 p. 32).

Nas últimas décadas, as organizações e instituições tem se modernizado sempre buscando o maior lucro e eficiência, seja no setor privado ou no setor público. E o fator que mais influência é sem dúvida o trabalhador, pois este é a engrenagem das organizações. Diante disto, percebeu-se que o desempenho está ligado a satisfação do profissional com seu emprego.

Visando o bem estar dos seus policiais para melhorar a qualidade dos serviços prestados a sociedade, algumas organizações policiais militares já apresentam iniciativas como projetos, palestras e oficinas que objetivam levar informações importantes aos militares para contribuir com o desenvolvimento pessoal e profissional, o que estimula o sentimento de pertencimento deixando-os intrinsecamente motivados.

Entre os diversos temas que podem ser abordados visando a melhora na qualidade de vida do policial, está o tema proposto por este estudo, o qual fora discutido nos capítulos anteriores. Poucas instituições o trataram como um ponto relevante que pode influenciar nas atividades laborais do policial militar. A Polícia

Militar de São Paulo e de Minas Gerais dispõem palestras e vídeos educacionais sobre gestão financeira aos policiais devido a sua intimidade com surgimento de problemas como o estresse.

Costa (2018, p. 35) cita as consequências que podem surgir do estresse originado por problemas financeiros:

[...] os problemas financeiros podem surgir na vida de um indivíduo como fator estressante. Em efeito análogo aos outros tipos de estresse, os sintomas percebidos do estresse financeiro também podem ser os mesmos. Como consequência, a produtividade profissional do policial militar sofre interferências e no produto final de sua ação à sociedade, está agregado a ansiedade, frustrações, raivas, agressões, insensibilidade, entre outras.

O próprio trabalho policial já é considerado um dos mais estressantes, o que pode ser potencializado por fatores de estresse externos, afetando o equilíbrio emocional do policial militar, gerando sentimentos de raiva, agressão, impaciência que podem ser externados no atendimento de ocorrências policiais.

A Polícia Militar do Maranhão está cada vez mais apresentando iniciativas e políticas voltadas ao desenvolvimento pessoal e bem estar do policial militar. Porém, tais iniciativas ainda são pouco discutidas de forma Institucional, ou seja, a maioria das iniciativas que visam este objetivo partem de iniciativas dos Comandantes de Batalhão limitando-as as suas Unidades. Por isso o presente estudo visa apresentar a importância da educação financeira e analisar a relação que existe com o estresse, entre outros problemas que podem atrapalhar no desempenho do profissional que impede também o maior envolvimento do policial com a própria instituição.

6 METODOLOGIA

O objetivo principal das diversas formas de conhecimento é chegar a uma conclusão de algo. Em virtude disto, o que diferencia a ciência das demais é a sua verificabilidade. Segundo Gil (2008, p. 8):

Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.

Desse modo, o método científico é o conjunto de atividades sistemáticas utilizadas pelo pesquisador para se chegar a uma determinada conclusão com maior segurança evitando ou identificando erros, permitindo correções e economia de processos mediante o estabelecimento prévio do caminho a ser seguido pelo cientista. (LAKATOS e MARCONI, 2003, p.86)

Existem diversos métodos que proporcionam bases lógicas para a investigação e esclarecimento dos fatos a serem estudados. Cada método é vinculado a uma corrente filosófica que objetiva processar o conhecimento da realidade.

Dessa forma, optou-se pela escolha do método indutivo, pois foi compatível com a natureza do objeto deste estudo e também com os recursos disponíveis para a sua realização.

Sobre o método indutivo, Lakatos e Marconi (2003, p. 86) explicam que:

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Dessa maneira, o método satisfaz as necessidades do estudo que obterá respostas individuais de cada policial participante da pesquisa para obter uma visão geral provável da PMMA, considerando os “três elementos fundamentais da indução, observação dos fenômenos, descoberta da relação entre eles e pôr fim a generalização da relação” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 87).

Quanto ao objetivo a pesquisa pode ser classificada como exploratória. Segundo Gil, (2008, p.27), “[...] este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.” A pesquisa é também classificada como

descritiva, pois tem como objetivo descrever as características dos policiais e os fatores ligados ao fenômeno do endividamento.

No tocante aos procedimentos foi escolhido o bibliográfico e documental onde buscou-se informações em livros, artigos científicos, teses, dissertações, TCC e material disponibilizados na internet. Além de realizar a pesquisa documental pela busca dos dados estatísticos em arquivos públicos, especialmente no SPC, CNC.

Além dos procedimentos bibliográficos e documentais, o delineamento escolhido para a pesquisa foi o estudo de caso que de acordo com Yin (2005 apud GIL, 2008, p. 58):

[...] o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre um fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

A técnica de investigação utilizada na pesquisa foi o questionário em que buscou-se traduzir os objetivos deste estudo em questões específicas. Essa técnica foi escolhida devido a sua praticidade para aplicação atingindo um maior número de pessoas com maior facilidade.

A população amostral segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 163), “é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.”. Assim, o universo desta pesquisa é de 10.928 policiais militares lotados em todo o Estado do Maranhão. A população amostral utilizada para este estudo foi de 373 policiais militares, que garantiu à pesquisa um grau de confiabilidade de 95% e margem de erro de 5%.

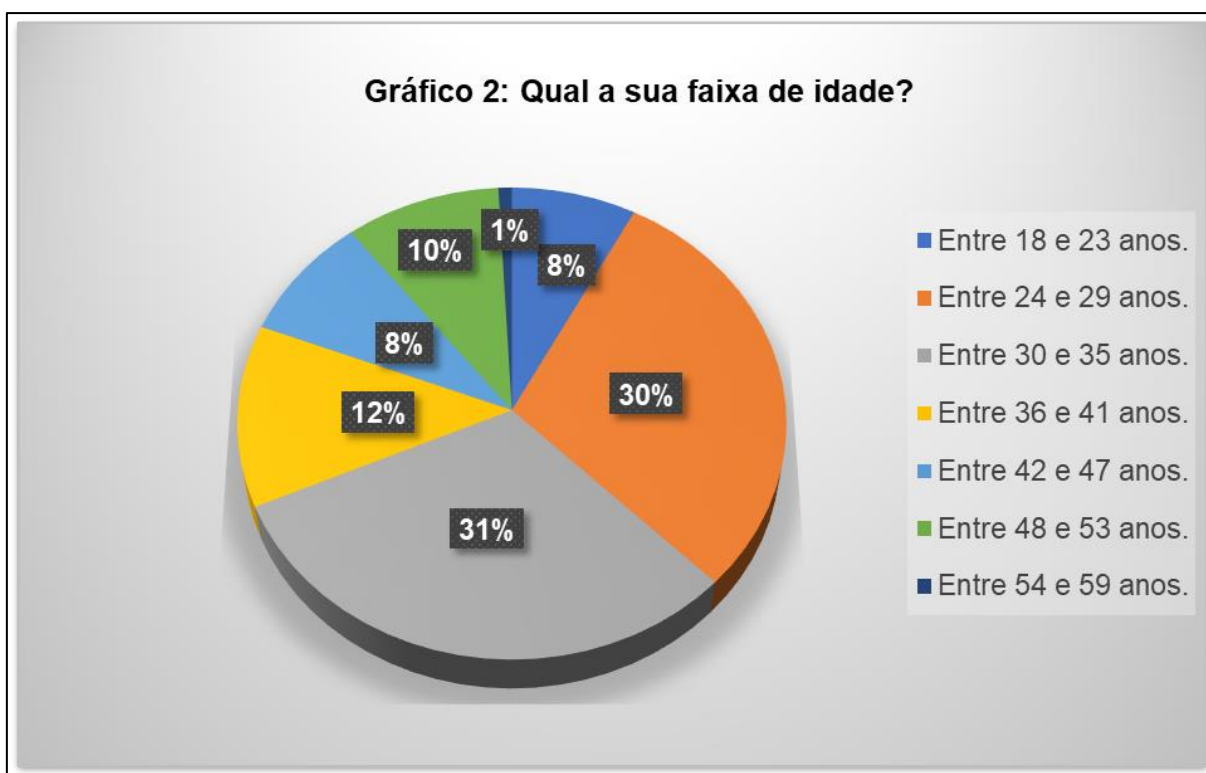
O questionário foi aplicado entre os militares da PMMA por um período de três meses compreendidos entre janeiro, fevereiro e março. Os resultados que serão apresentados a seguir permitirão cumprir com os objetivos deste estudo, fornecendo informações necessárias para subsidiar a elaboração de políticas que venham a contribuir com a qualidade de vida policial militar em âmbito pessoal e profissional.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados apresentados a seguir foram obtidos através de questionários distribuídos na capital e no interior do Estado do Maranhão com o apoio da ferramenta Google Docs. As informações contidas nos gráficos e tabelas serão discutidas conforme o problema da pesquisa e o levantamento bibliográfico feito ao longo do trabalho.

A primeira questão do questionário buscou identificar a faixa etária da tropa, como observa-se no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Qual sua idade



Fonte: O Autor

O gráfico 2 demonstra a faixa etária dos entrevistados, diante do resultado das respostas identificou-se que 69% (8%+30%+31%) dos pesquisados tem até 35 anos de idade, ou seja, a tropa da PMMA é relativamente jovem. Isso se explica devido as últimas convocações promovidas pelos concursos públicos de 2012 e 2017.

Tabela 1 – Caracterização dos Militares

Grau hierárquico	Praças	63%
	Praça especial	17%
	Oficial	20%
Lotação	Capital	66%
	Interior do Estado	34%
Estado civil	Solteiro (a)	39%
	Casado (a)	56%
	Divorciado (a)	4%

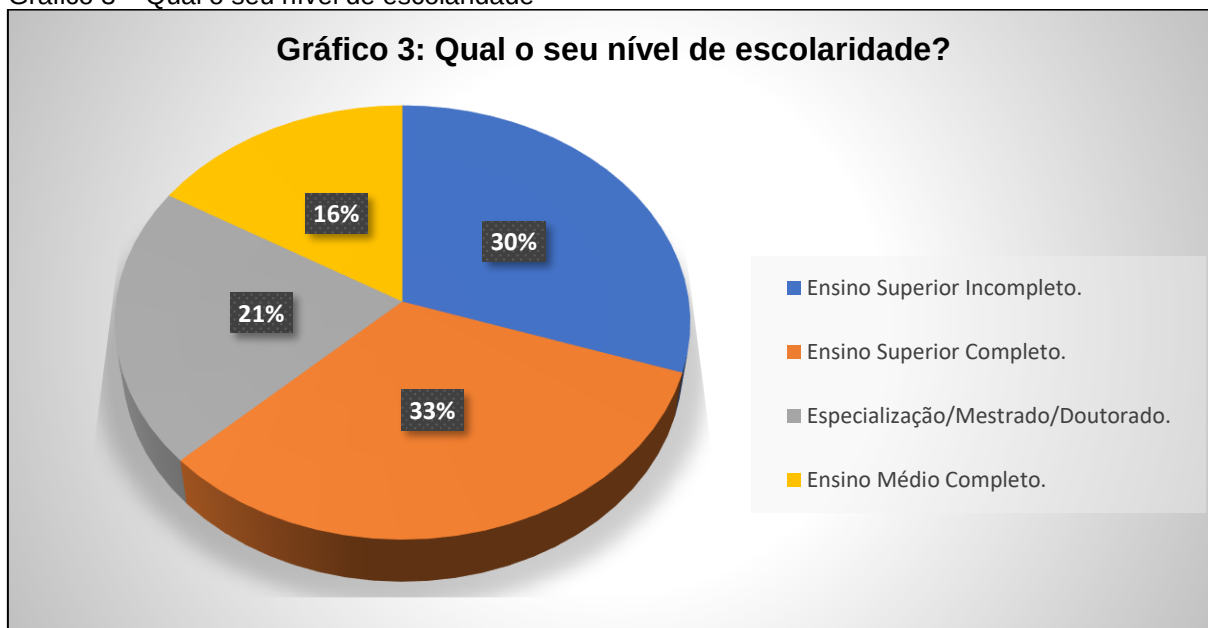
Fonte: O Autor

A Tabela 1 elaborada com o dados obtidos através do questionário teve como objetivo identificar a graduação, lotação e estado civil dos pesquisados, com a finalidade de nos dar uma visão geral entre praças e oficiais, haja vista que ambos apresentam uma diferença peculiar que é a forma de ingresso na instituição, além de apresentarem diferença salarial.

Diante disso, obtivemos os seguintes resultados, 63% dos respondentes foram praças onde incluem-se as graduações de soldado a subtenente, 17% praças especiais que compreende a graduação de cadetes à aspirante e, 20% oficiais que corresponde aos postos de 2º tenente à coronel.

Em relação a lotação dos militares 66% servem na capital e 34% no interior do estado. Já para o estado civil 39% são solteiros, 4% divorciados e 56% casados.

Gráfico 3 – Qual o seu nível de escolaridade

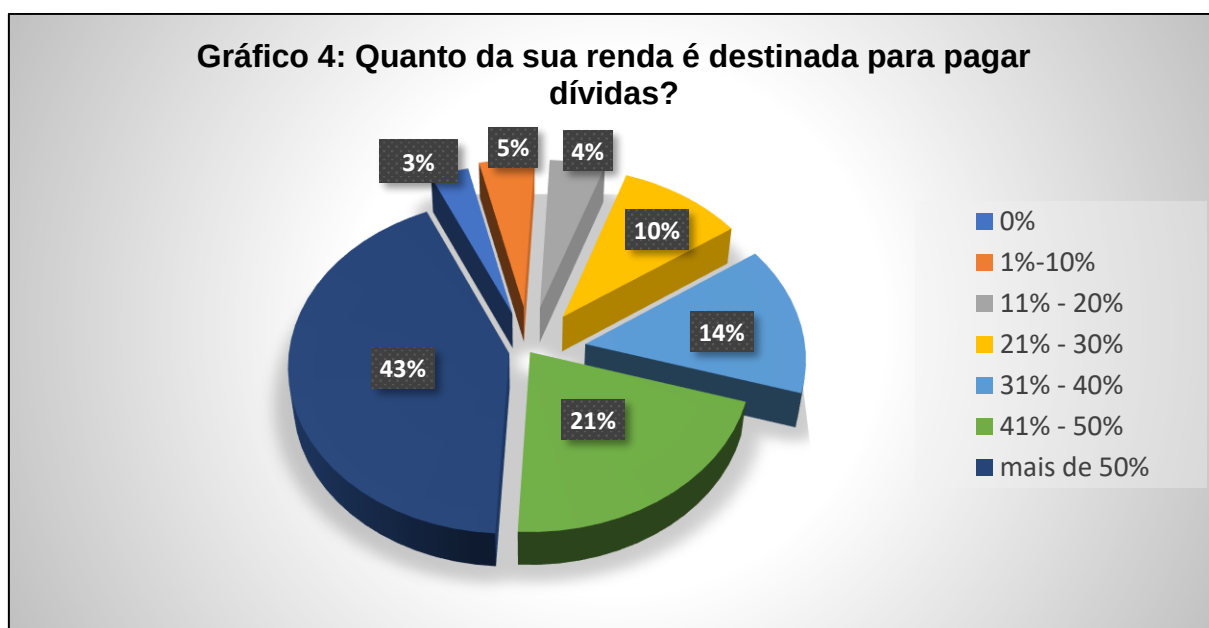


Fonte: O Autor

Este gráfico representa os dados obtidos em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados. Assim, observa-se que 30% dos entrevistados tem Ensino Superior Incompleto, 33% Ensino superior completo, 21% possui alguma Especialização, Mestrado ou Doutorado e 16% possui apenas o Ensino Médio Completo.

O nível de escolaridade pode influenciar no conhecimento sobre educação financeira e mais especificamente sobre finanças, entretanto, o letramento dos cidadãos nem sempre reflete na gestão correta e saudável dos seus recursos financeiros. Segundo uma pesquisa da Serasa Experian (2019), após cruzar os dados do Indicador Nacional de Alfabetização Funcional (INAF) e os dados do Indicador Nacional de Educação Financeira (INDEF), verificou-se que o INDEF é diretamente proporcional ao INAF no quesito conhecimento financeiro, porém isso não ocorre em relação aos quesitos, atitude e comportamento corretos necessários à prática da educação financeira.

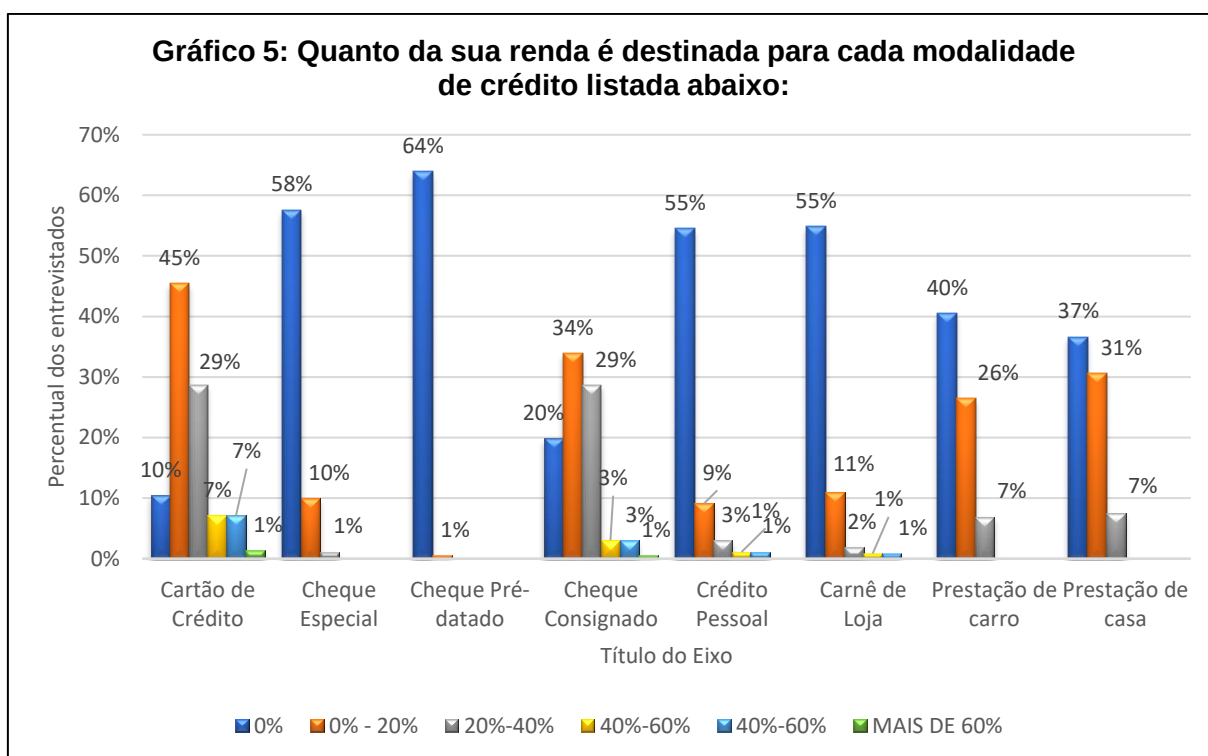
Gráfico 4 - Quanto da sua renda é destinada para pagar dívidas?



Fonte: O Autor

O gráfico 4 introduz o tema da pesquisa, demonstrando quanto os respondentes destinam o seu salário para o pagamento de dívidas. Analisando o gráfico, 43% dos militares que responderam à pesquisa afirmam destinar mais de 50% da sua renda líquida para o pagamento de dívidas, destes 63% são casados confirmando que os casados apresentam maiores despesas. Outros 21% destinam de 41% a 50%.

Gráfico 5 - Quanto da sua renda é destinada para cada modalidade de crédito listada a baixo?



Fonte: O Autor

Este gráfico traz muitas informações importantes para verificar qual das modalidades de crédito é mais comum entre os policiais militares e, também o quanto de suas rendas é destina para o pagamento de cada tipo de crédito.

Assim, o Gráfico 5 nos explicita que 10% dos respondentes da pesquisa destina 0% para o pagamento de cartões de crédito, logo, 90% faz uso do cartão de crédito, sendo que 45% destina entre 0% e 20% da sua renda para o pagamento, 29% designa entre 20% - 40%, 7% diz separar entre 40 e 60%. Já 1% dos respondentes afirmam destinar mais de 60% da sua renda para pagar cartão de crédito.

Para o cheque especial, 58% dos respondentes disseram destinar 0% da sua renda para o pagamento deste tipo de crédito, enquanto 10% destinam de 0 a 10% e 1% de 20% a 40%.

O cheque consignado é a segunda modalidade mais utilizada pelos militares que fizeram parte da pesquisa, totalizando 70% deles, onde 34% afirma que destina de 0% à 20% do valor da sua renda para esta modalidade, 29% alegaram destinar de 20% à 40% das suas rendas, 6% destinam de 40% à 60% e apenas 1% destina mais de 60%.

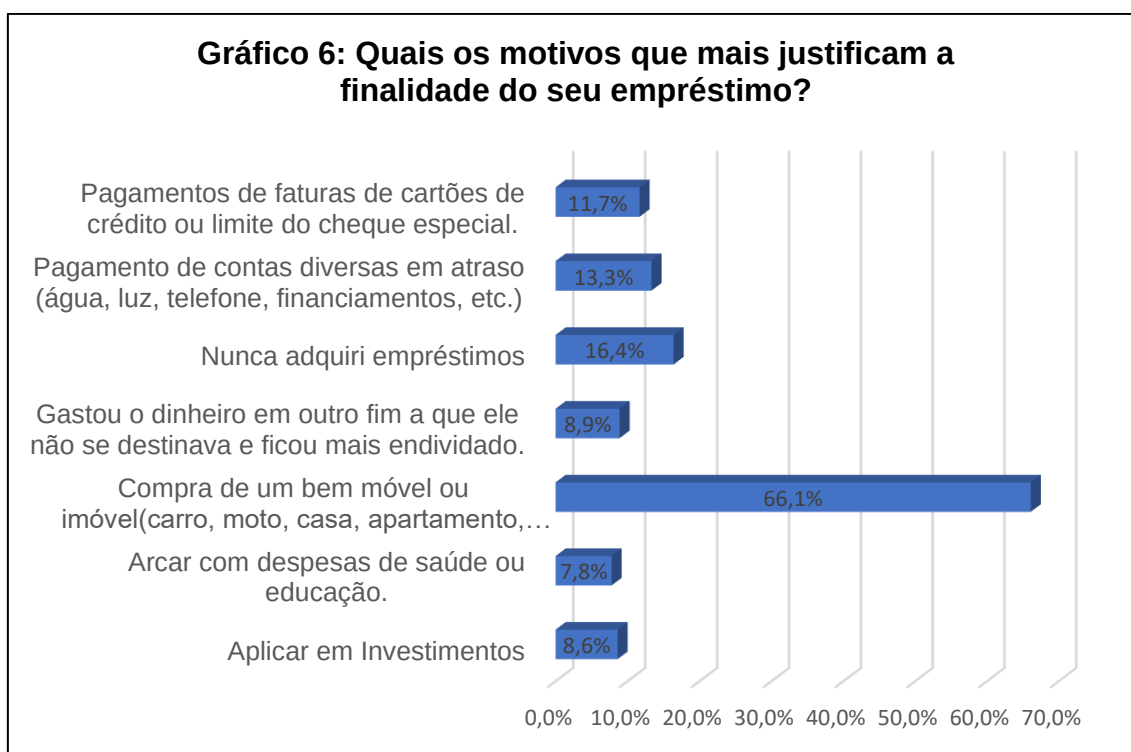
Deve-se ter cuidado com o uso excessivo do cheque consignado, pois ocorre a redução imediata da renda antes mesmo de recebê-la, caso seja utilizado demasiadamente, visto que o dinheiro é descontado imediatamente na folha de pagamento. Outros 7% (3%+3%+1%) dos entrevistados tem mais de 40% descontado do seu salário mensalmente, ou seja, é uma parcela considerável que não poderá contar para uma emergência. Por isso, o consignado deve ser contratado apenas para completar o dinheiro que está faltando para realizar algo a juros mais baixos.

Realizando a média aritmética das faixas percentuais escolhidas por cada respondente para cada modalidade de crédito, e posteriormente somando-as, tem-se uma aproximação do percentual total da renda comprometido apenas com esses tipos de gastos. Dessa forma, verificou-se que 33% dos respondentes tem mais de 60% da sua renda comprometida, 15% mais de 80% e 5% mais de 100%, revelando uma preocupante desordem financeira.

Dados obtidos na Pagadoria da PMMA, referentes aos meses de setembro/2019 a abril/2020, revelaram que em setembro havia uma dívida de R\$ 20.784.750,19 em empréstimo consignados, distribuída em 11.100 contracheques, correspondendo a um valor médio de R\$ 1.872,00 por contracheque. Já em abril/2020 essa dívida correspondia a R\$ 13.683.783,16 distribuídos em 18.352 contratos. Considerando que o efetivo total de policiais da ativa e reserva da PMMA corresponde a cerca de 15.000 policiais, e que a incidência do referido desconto ocorre em 11.100 contracheques, pode-se inferir que: se 4.000 policiais não possuem empréstimo consignados, então de 3.000 a 7.000 policiais tem, ao menos, dois destes contratos junto a instituições financeiras.

Quanto à redução do valor total do montante descontado em folha, de R\$ 20.784.750,19 para R\$ 13.683.783,16, pode ter ocorrido pela soma dos seguintes fatores: por renegociações e/ou venda de dívidas, finalização de contratos, redução devido ao pagamento de parcelas neste período de 8 (oito) meses entre setembro de 2019 a abril de 2020. Os primeiros fatores, reafirmam a existência de aproximadamente 33% de policiais com sua renda comprometida, acima de um limite aceitável, inclusive, portadores de acúmulo de empréstimos cuja soma de percentuais de juros nem sequer lhes são compreensíveis.

Gráfico 6 - Quais os motivos que mais justificam a finalidade do seu empréstimo?



Fonte: O Autor

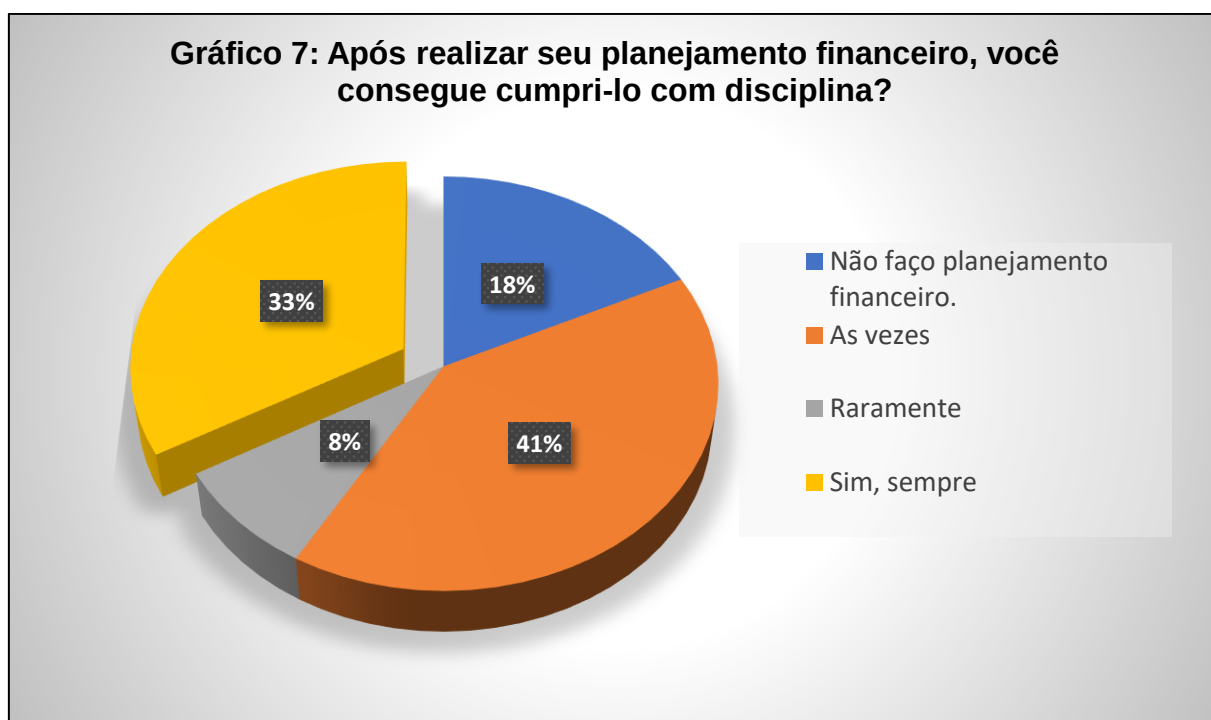
O gráfico 6 demonstra por quais motivos os respondentes fizeram empréstimos, comparando tais atitudes e comportamentos com as recomendações e conceitos da educação financeira, consequentemente, verificando a tendência ao super endividamento tendo como base a motivação do empréstimo.

Os dados obtidos revelam que 11,7% dos policiais militares da PMMA realizaram empréstimos para pagar outros empréstimos, diga-se de passagem, empréstimos com juros mais elevados do mercado, como cartão de crédito e cheque especial, indicando um super endividamento, o qual foi necessário recorrer a outro empréstimo para quitar o antigo, porém assumindo uma nova dívida.

Outros 13,3% dos respondentes afirmaram contratar empréstimos para quitar contas diversas em atraso, isto indica que o planejamento financeiro ou deixou de ser feito, ou falhou. Mas isto não quer dizer que não se deve em hipótese nenhuma fazer um empréstimo por tal motivo, e sim, que diante destes fatos deve haver cautela, estudar taxas de juros, despesas mensais, fazer um planejamento de forma que as parcelas da nova dívida, somada com as demais caibam dentro do orçamento, e impeça o surgimento de um super endividamento mais difícil de contornar.

Outro dado relevante obtido na pesquisa, demonstra que 66,1 % dos policiais optaram por fazer empréstimo para comprar um bem móvel ou imóvel. Deve-se ficar atento para as taxas de juros do empréstimo solicitado, para verificar se fazer o empréstimo compensará no final das contas.

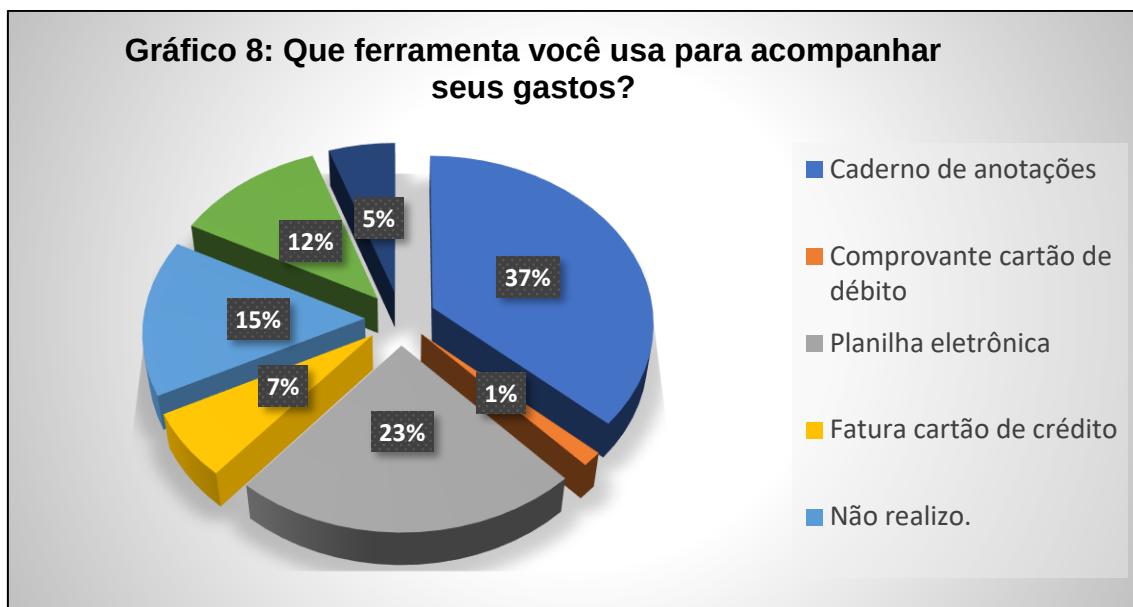
Gráfico 7 - Após realizar seu planejamento financeiro, você consegue cumpri-lo com disciplina?



Fonte: O Autor

Analisando o gráfico 7, observa-se que 18% dos participantes do estudo não realizam planejamento financeiro, isso significa que estão sujeitos a um possível descontrole de suas finanças caso sejam atingidos por eventualidades. Constatou-se também que 41% dos respondentes afirmaram cumprir “Às vezes” com seu planejamento e 8% “raramente”, embora não seja tão ruim quanto não realizar um planejamento, a descontinuidade torna o planejamento ineficaz, não cumprindo com seus objetivos. Por fim, 33% dos participantes da pesquisa responderam que sempre cumprem com seu planejamento, tornando-o eficaz.

Gráfico 8 - Que ferramenta você usa para acompanhar seus gastos?

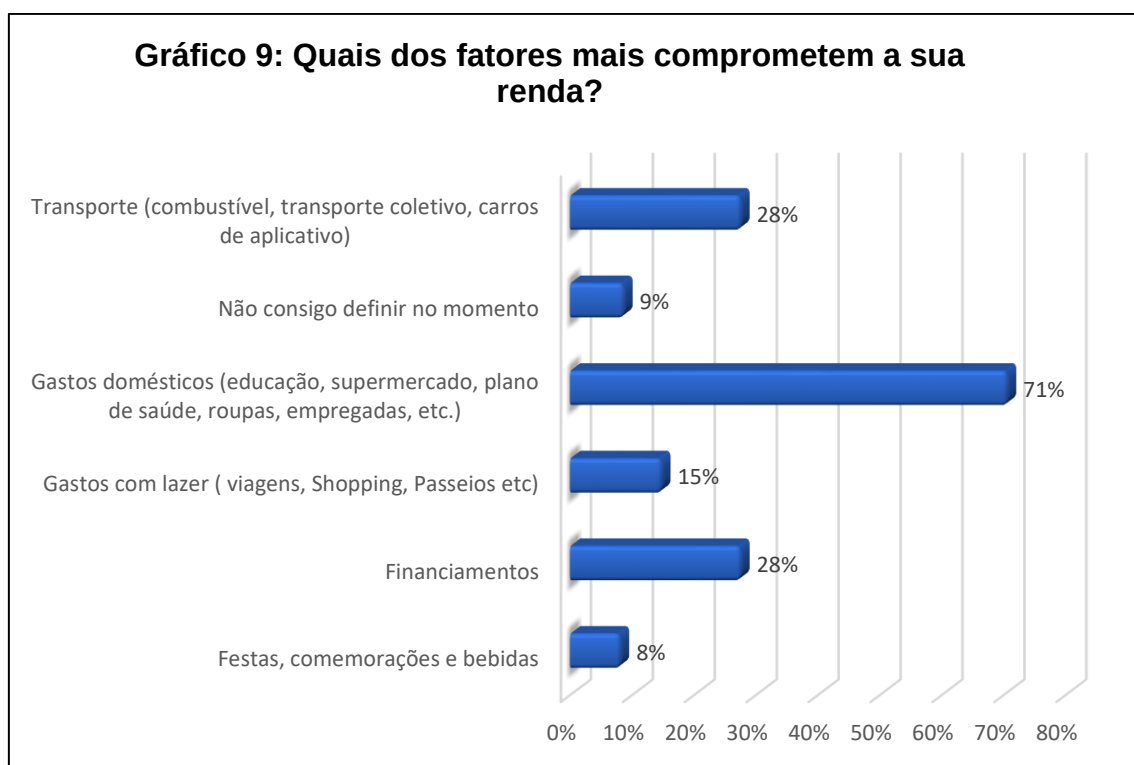


Fonte: O Autor

O gráfico 8 refere-se às ferramentas utilizadas para o acompanhamento dos gastos, observou-se que 37% utilizam o caderno de anotações, meio de organização simples que se utilizado de forma rotineira e correta torna-se um grande aliado no planejamento financeiro. Já 23% utilizam a planilha eletrônica, uma forma de utilizar a tecnologia ao seu favor, auxiliando no controle de gastos, vale ressaltar que existem variadas formas de planilhas eletrônicas e ela deve ser utilizada de acordo com a necessidade de cada um. Ademais, 12% utilizam o extrato bancário, 6% a fatura do cartão de crédito e 5% utilizam outros meios. Além disso, foi constatado que 15% dos policiais da pesquisa não utilizam nenhum meio, comprometendo assim o acompanhamento dos seus gastos.

Cruzando as informações obtidas com as perguntas que originaram os gráficos 7 e 8, verificou-se que dentre os policiais que sempre cumprem com seus planejamentos financeiros, 70% utilizam ou caderneta de anotações ou planilhas eletrônicas para fazer o controle dos gastos.

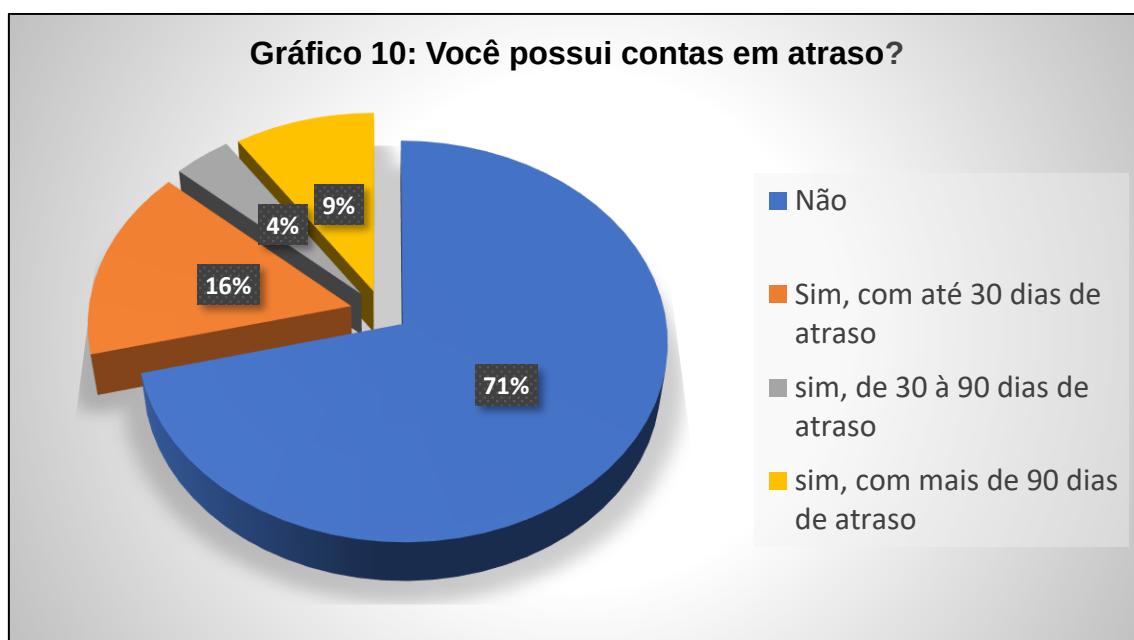
Gráfico 9 - Quais dos fatores mais comprometem a sua renda?



Fonte: O Autor

Na análise do gráfico 9 verificou-se que o principal fator comprometedor da renda são os gastos domésticos, representando 71% das respostas dos policiais da pesquisa. Vale salientar que essas despesas são gastos essenciais como a educação, plano de saúde, supermercado e etc. É de extrema importância sempre fazer um planejamento financeiro, incluindo tanto os gastos essenciais como os não-essenciais. Com 28% está o transporte e também os financiamentos. Além disso, 15% dos policiais consideram que os gastos com o lazer é o principal fator que compromete a sua renda. 9% não conseguiu definir no momento da pesquisa.

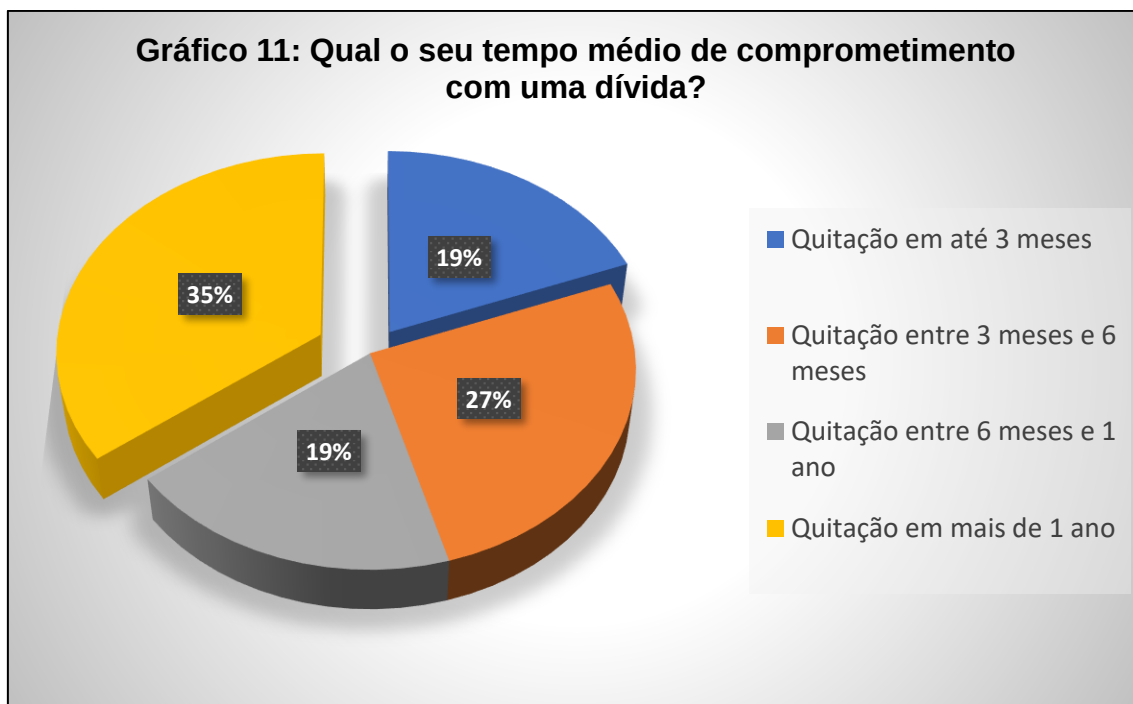
Gráfico 10 - Você possui contas em atraso?



Fonte: O Autor

Conforme os resultados presentes no Gráfico 10, 71% dos policiais não apresentam contas em atraso. Isso reflete que a maioria dos policiais estão conseguindo honrar com seus compromissos evitando a inadimplência. Esse assunto foi visto no capítulo 4 (Endividamento), onde o endividamento pode causar diversas consequências, influenciando no bem-estar físico e mental do indivíduo. Os outros 29% possuem contas em atraso, dividindo-se: 16% possuem contas de até 30 dias em atraso, 4% de 30 a 90 dias e 9% com mais de 90 dias de atraso. Apesar de ser uma porcentagem relativamente pequena quando comparada aos 71%, contas em atraso precisam de uma atenção especial, pois significam que a administração financeira falhou, visto que o policial adquiriu dívidas que ultrapassaram o seu orçamento financeiro.

Gráfico 11: Qual o seu tempo médio de comprometimento com uma dívida?



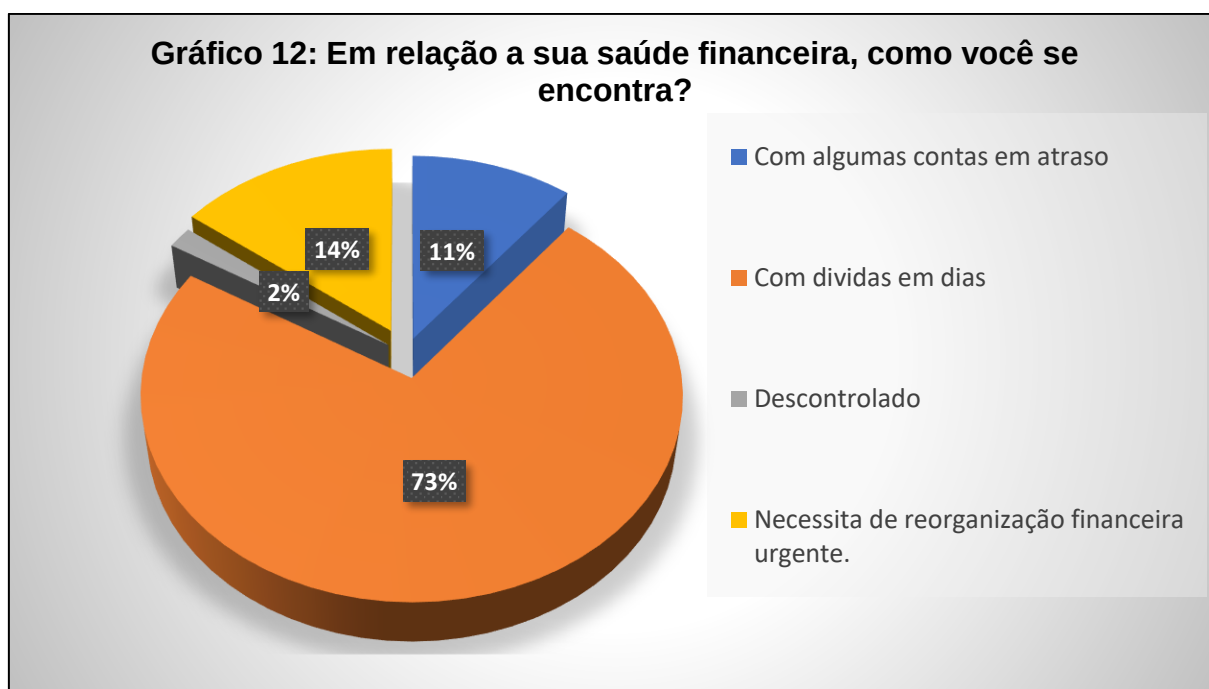
Fonte: O Autor

O gráfico 11 traz o questionamento sobre o tempo médio de comprometimento com uma dívida, assim observou-se que apenas 19% dos policiais costumam quitar suas dívidas em no máximo 3 meses; 27% afirmaram se comprometer entre 3 meses e 6 meses; 19% dizem assumir dívidas por um período entre seis meses e um ano. Já 35% dos policiais responderam que o prazo médio do comprometimento com uma dívida é de mais de um ano.

Cruzando esses dados com os resultados obtidos pelo questionamento anterior 'Você possui contas em atraso?' verificou-se que 60% dos policiais que assumem dívidas por um período de mais de um ano possuem contas em atraso. Todavia, 90% dos que assumem dívidas por no máximo três meses não possuem dívidas em atraso.

Portanto, quanto menor período de comprometimento com uma dívida menor é a chance de ocorrer inadimplência. Conforme os ensinamentos de Vignoli, educador do SPC SERASA: "Se possível, a melhor maneira de estar precavido para imprevistos ou de realizar um sonho é poupando com antecedência e pagando à vista". (SERASA, 2018, p. 5).

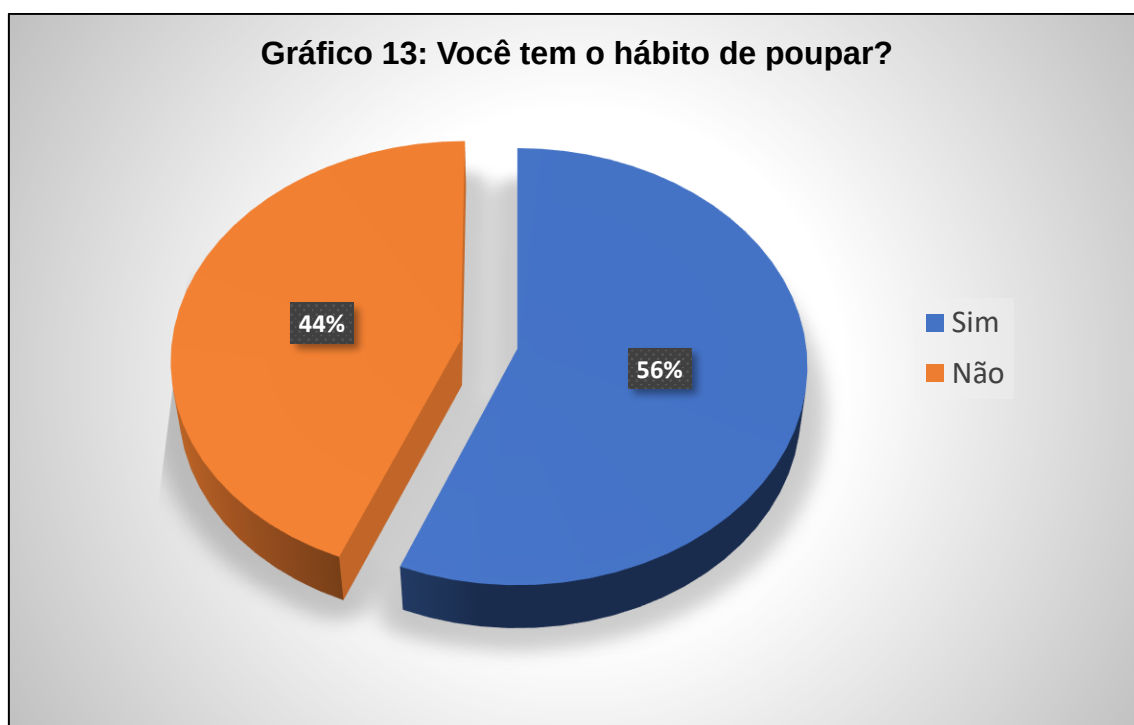
Gráfico 12 - Em relação a sua saúde financeira, como você se encontra?



Fonte: O Autor

O 12º questionamento buscou saber como o policial militar analisa sua saúde financeira. Positivamente, 73% dos policiais responderam que tem suas dívidas em dia; 11% possuem algumas contas em atraso. Em menor quantidade, 14% necessita de reorganização financeira urgente, porém esse fato é preocupante, 2% dos respondentes afirmaram estar com a vida financeira descontrolada.

Gráfico 13: Você tem o hábito de poupar?

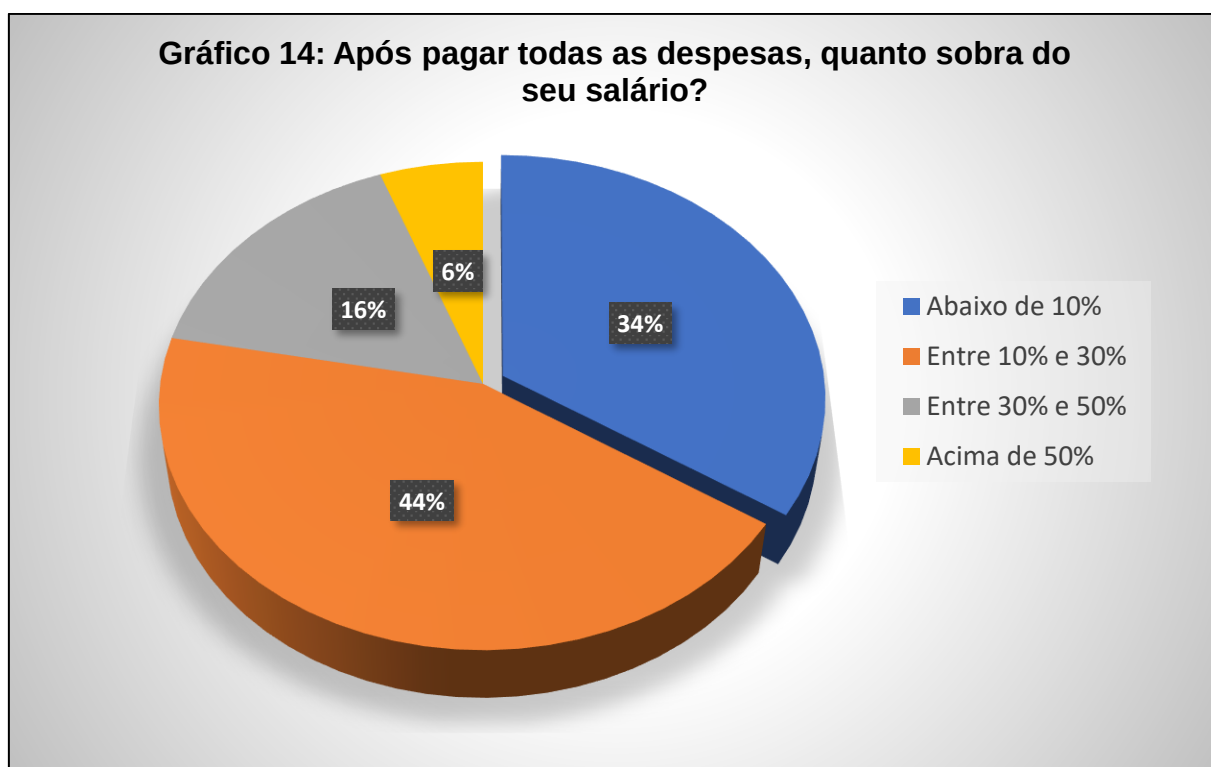


Fonte: O Autor

Quando perguntados sobre o hábito de poupar, 56% dos policiais militares responderam que “sim” têm este hábito. No entanto quase metade 44% afirmaram que não tem o hábito de poupar, isto é preocupante pois contraria os conceitos e recomendações presentes do referencial teórico do presente estudo.

Cruzando esta informação com os dados apresentados pelo gráfico 7, dentre os policiais que não tem o hábito de poupar, 88% afirmaram, ou não realizar planejamento financeiro, ou cumpri às vezes com o planejado, ou ainda, raramente quando elaborado.

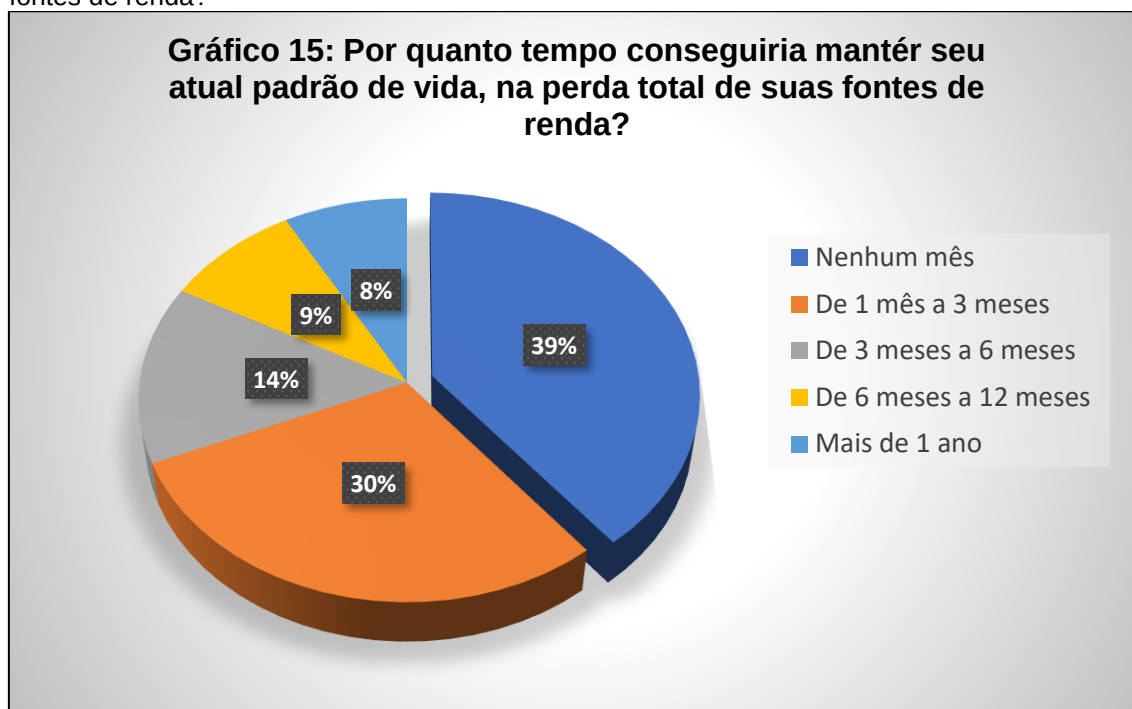
Gráfico 14: Após pagar todas as despesas, quanto sobra do seu salário?



Fonte: O Autor

A 14ª pergunta foi sobre quanto da renda do policial militar sobra após arcar com todas as despesas. Dessa forma, verificou-se que 34% dos respondentes responderam que após as despesas resta a baixo de 10% do seu salário; para 44% o que sobra corresponde de 10 à 30 % do salário; para 16% o valor corresponde entre 30% e 50%; enquanto para os outros 6% corresponde à mais de 50%.

Gráfico 15: Por quanto tempo conseguiria manter seu atual padrão de vida, na perda total de suas fontes de renda?

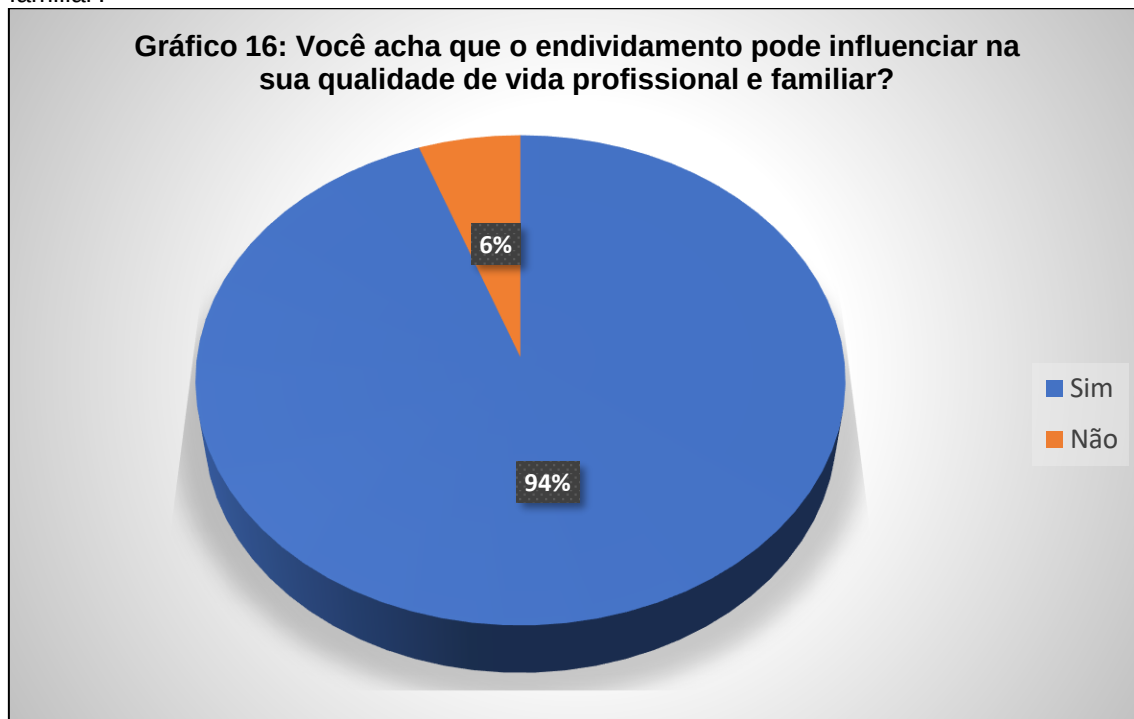


Fonte: O Autor

Esse gráfico demonstra o resultado da pergunta que visa descobrir o quanto os policiais militares estão preparados para um determinado imprevisto como crises que acarrete na perda total dos seus rendimentos.

Para este questionamento 33% dos policiais militares responderam que não conseguiriam manter seu atual padrão de vida nem por um mês, ou seja, encontram-se sem reservas, e diante de um imprevisto como este seu padrão de vida desmoronaria, entre outros problemas que poderiam surgir devido à falta de recursos para satisfazer até mesmo necessidades básicas. Já 30% responderam estarem preparados para um período de um a três meses; 14% estaria preparado para manter o padrão por três a seis meses. Destacando-se da grande maioria, 8% responderam estarem preparados para um período de mais de um ano.

Gráfico 16 - Você acha que o endividamento pode influenciar na sua qualidade de vida profissional e familiar?



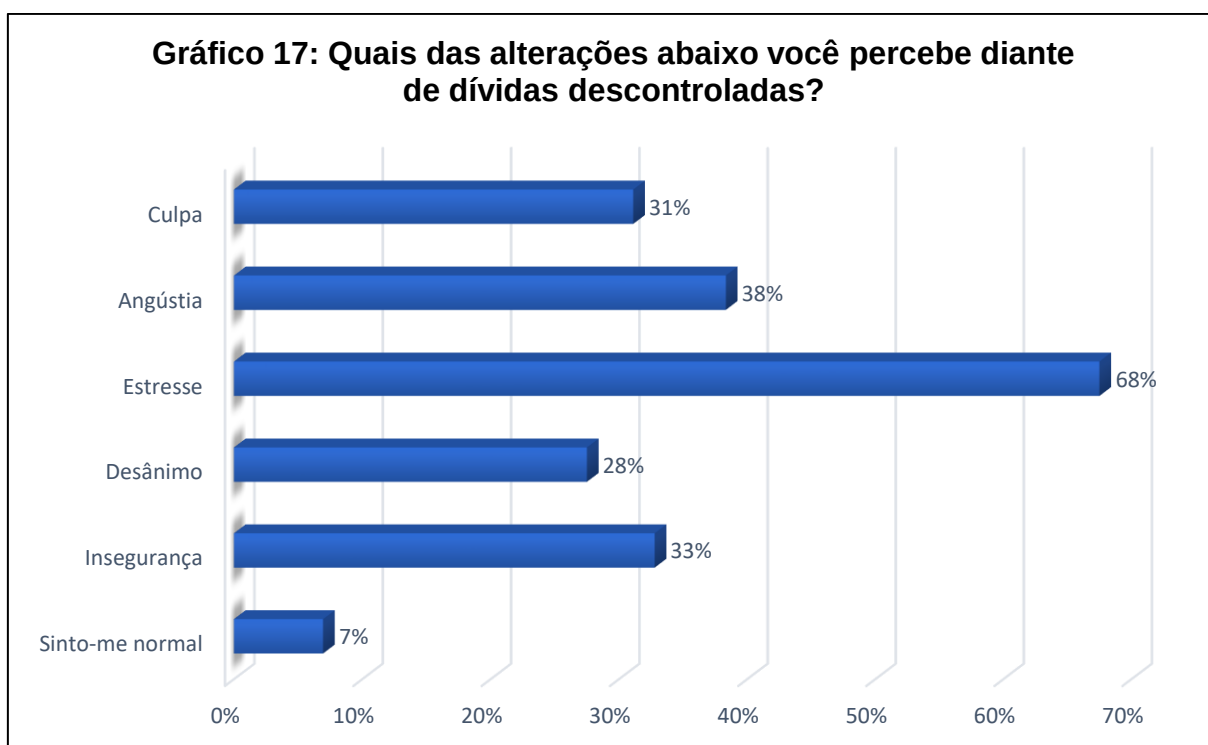
Fonte: O Autor

A pergunta que subsidiou informações para o 16º gráfico revelou que 6% dos policiais acreditam que o endividamento não influencia na sua qualidade de vida profissional. No entanto, 94% afirmaram que sim, o endividamento interfere no desempenho não só pessoal, mas profissional.

No trabalho desenvolvido por Santana (2008), demonstrou que apenas 50% dos policiais concordavam que o endividamento poderia afetar a sua qualidade de vida. Portanto, houve variação na percepção dos policiais.

Este dado confirma que o endividamento causado por uma má gestão financeiro pode sim, causar uma redução na qualidade de vida do policial militar, tendo efeitos negativos também no desempenho das atividades profissionais.

Gráfico 17 - Quais das alterações abaixo você percebe diante de dívidas descontroladas?



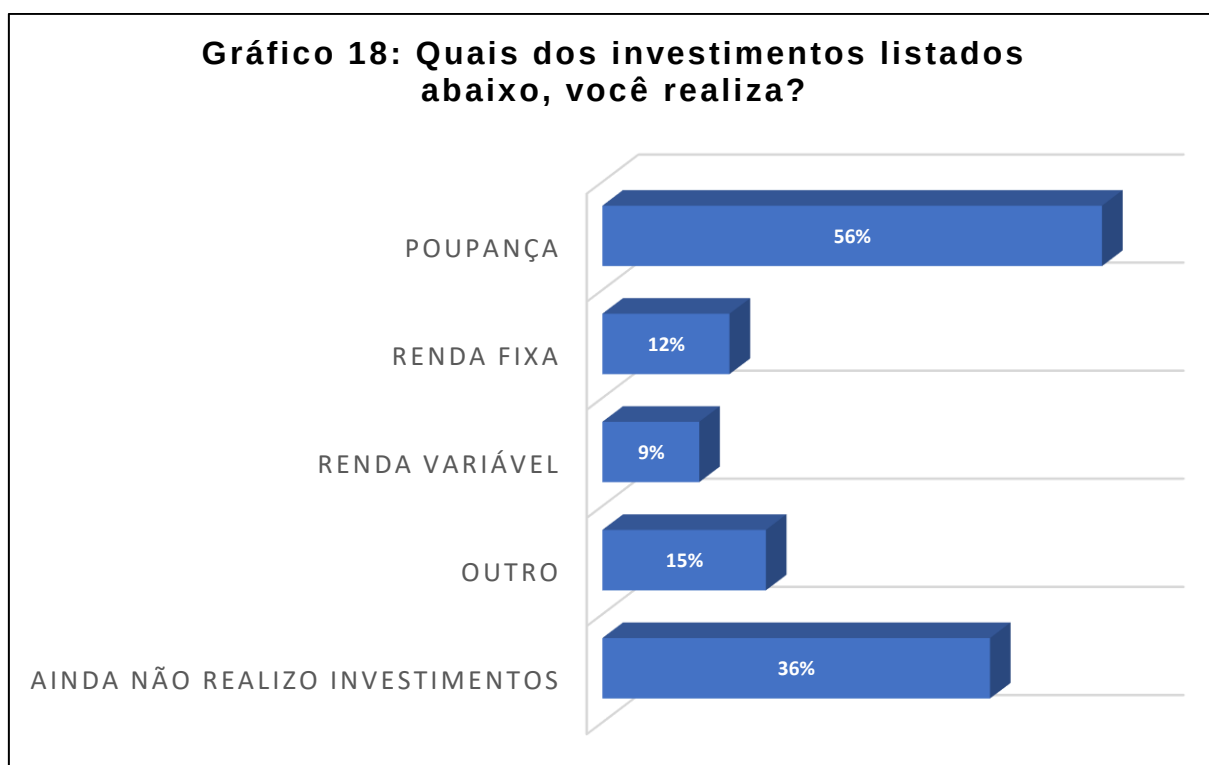
Fonte: O Autor

O gráfico 17 demonstra quais as alterações são percebidas pelo policial militar quando este encontra-se diante de dívidas fora do controle. Como explicitado no referencial teórico, o endividamento é capaz causar alterações tanto físicas como psicológicas no indivíduo.

Dessa forma, 31% dos policiais responderam sentir culpa, 33% afirmaram sentir insegurança; 28% desânimo; apenas 7% respondeu sentir-se normal diante de dívidas descontroladas. A maior alteração sentida diante de um endividamento descontrolado foi o estresse atingindo 68% dos policiais.

A profissão do policial militar por si só já estressante, e o endividamento pode amplificar este problema, causando outras complicações que poderão influenciar negativamente na saúde do militar.

Gráfico 18 - Quais dos investimentos listados abaixo, você realiza?



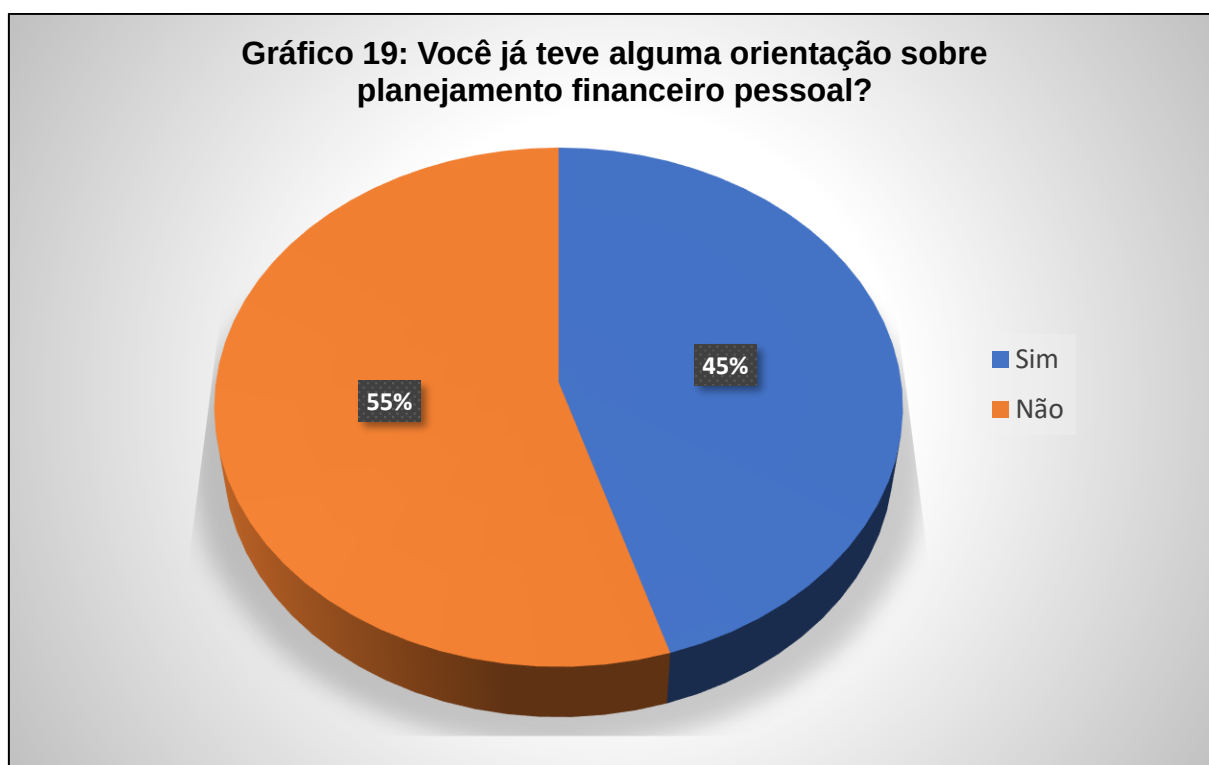
Fonte: O Autor

O presente gráfico demonstra os tipos de investimentos realizados pelos policiais militares do Estado do Maranhão. Assim, observa-se que 56% dos policiais responderam que optam pela poupança como investimento.

Seguindo, 12% diz realizar investimentos de renda fixa, um pouco mais avançado que a poupança, o que demonstra um pouco mais de conhecimento sobre o assunto. Apenas 9% dos policiais tem investimentos em renda variável, considerado investimento de maior risco, e que exige conhecimentos mais avançados sobre o mercado financeiro.

Outros 15% dos policiais disseram fazer realizar outros tipos de investimento. Já 36% afirmaram não ainda não realizar nenhum tipo de investimento.

Gráfico 19 - Você já teve alguma orientação sobre planejamento financeiro pessoal?



Fonte: O Autor

Os dados contidos neste gráfico revelam que 55% dos policiais militares não tiveram orientação sobre planejamento financeiro, ao passo, que 45% dos respondentes afirmaram ter tido orientação sobre finanças pessoais.

Embora a quantidade dos que responderam "sim" para o questionamento seja menor, demonstra um avanço na oferta de orientações financeiras disponíveis, quando comparado aos 7% dos policiais que responderam "sim" para o mesmo questionamento em 2008 na pesquisa realizada por Pereira e Santana (2008).

7.1 Divergências encontradas

Algumas discordâncias entre as respostas puderam ser observadas após a análise dos gráficos. Isso pode ter ocorrido tanto pelo constrangimento que algumas pessoas ainda sentem quando questionadas sobre suas finanças pessoais, quanto ao próprio desconhecimento de como gerir suas finanças de forma mais racional e efetiva.

A análise do gráfico 14 (Após pagar todas as despesas, quanto sobra do seu salário?) demonstrou que 34% dos entrevistados afirmaram que sobra menos de

10% da sua renda após pagar todas as despesas. Chega-se à conclusão de que seu custo mensal é de cerca de 90% do seu salário, exigindo pelo menos mais de nove meses para formar um fundo capaz de manter o padrão de consumo do indivíduo que se encontra sob esta situação, caso fosse surpreendido com a perda inesperada da sua renda.

No entanto, 39% afirmaram não conseguir manter seu atual padrão de consumo nem por um mês, ou seja, houve um acréscimo de 5%, em relação aos 34% que poder-se-ia estimar. Outro ponto relevante, partindo deste ponto de vista, diz respeito aos 44% que afirmaram sobrar entre 10% e 30% do seu salário após quitar todas as despesas. Portanto, se fossem aplicados os conceitos de planejamento e educação financeira demonstrados no presente estudo, estes teriam reservas suficientes para se manterem por períodos entre 1 e 3 meses, considerando um período mínimo de poupança de 9 meses suficiente para acumular o capital necessário para suprir o custo mensal.

Contudo, apenas 30% alegaram ter condições de manterem seu padrão de vida por um período de 1 a 3 meses, apresentando um déficit 14% em relação ao que poderia se esperar.

Observa-se que alguns indivíduos que contribuíram para este resultado não tem uma visão ampla do seu orçamento, suficiente para responder corretamente as questões, ou seja, não há a mensuração de forma organizada de suas despesas e destinação correta dos saldos excedentes.

Nota-se, também, que se pode extrair do gráfico 15, que 61% dos entrevistados alegaram ter condições de se manterem por alguns meses diante da perda de sua renda. Porém, apenas 56% têm o hábito de poupar, atitude primordial para que haja o acúmulo de recursos necessários para arcar com os custos em situações de emergências.

8 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho permitiu compreender como a educação financeira e o planejamento financeiro podem combater o endividamento descontrolado, e demonstrar qual a relação entre a gestão financeira, a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e profissional do policial militar. Além disso, a pesquisa permitiu analisar como o policial militar do Maranhão se comporta diante das questões que envolvem suas finanças pessoais, relacionando-as com alterações emocionais, como angustia, estresse, culpa, desânimo, entre outras preocupações que influenciam as suas atividades.

O objetivo da metodologia empregada neste trabalho não foi esgotar o tema proposto, mas obter informações suficientes para ter um prognóstico próximo à realidade, capaz de identificar a relação do policial com o dinheiro, para que a partir destes resultados se fomente decisões que melhorem o bem estar e qualidade de vida do policial.

A partir da amostra de policiais militares pode-se aferir que o planejamento financeiro é conhecido pela maioria dos militares, porém a sua aplicabilidade ainda é deficitária, visto que apenas 33% conseguem cumpri-lo com frequência. Observa-se também que o tipo de ferramenta utilizada para o acompanhamento de controle de gastos como cadernetas e planilhas eletrônicas, que permitem o registro constante dos gastos diários, estão relacionados positivamente à efetividade do planejamento.

As informações obtidas também demonstraram que os gastos domésticos são o principal fator de endividamento dos policiais militares. E que a grande maioria, cerca de 73% estão com suas dívidas em dia. Porém, cerca de 44% não tem o hábito de poupar, demonstrando que embora algumas policiais aleguem estar com suas dívidas em dia, encontram-se no falso equilíbrio financeiro, visto que, menos de 36% realizam outros tipos de investimentos. O reflexo disto é observado nas poucas reservas financeiras incapazes de manter o padrão de vida do policial por pelo menos um mês, durante emergências como, crises econômicas, imprevistos, perda de salário, etc.

Analisando as práticas financeiras realizadas pelos policiais, nota-se que o nível de educação financeira observado nas respostas dos policiais ainda é considerado baixo, além do mais, quase metade dos policiais afirmaram que nunca tiveram orientações sobre planejamento financeiro. Há, também, 16% policiais que se

encontram superendividados, ao ponto de se considerarem descontrolados ou necessitando de orientação financeira com urgência, estima-se que o percentual seja ainda maior que o obtido na pesquisa, devido à falta de clareza do público estudado sobre as suas próprias finanças, o que restou demonstrado no capítulo anterior . Diante disto, 94%, corroborando com os estudos apresentados, entendem que o endividamento influencia na sua qualidade de vida profissional e familiar. De forma que o estresse é a principal alteração psicológica causada no militar pelo endividamento.

Sendo assim, o objetivo geral do trabalho foi atingido ao analisar quais os principais fatores responsáveis pelo endividamento dos policiais da Polícia Militar do Maranhão, bem como os específicos ao se verificar o reflexo negativo da ausência do planejamento financeiro na vida profissional e pessoal do policial, e ao demonstrar que a aplicação dos conceitos da educação financeira podem contribuir para um não endividamento descontrolado dos integrantes da Polícia Militar do Maranhão. Além de identificar os principais sentimentos negativos que o descontrole financeiro pode causar ao policial, podendo-se assim, evitar através do fomento da educação financeira que afecções geradas por eles venham a comprometer sua vida pessoal e, conseqüentemente, o seu desempenho profissional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Elisson de. **As 5 etapas do planejamento financeiro**: conhecimento técnico e emocional para atingir seus objetivos. Piracicaba: O Autor, 2012.

ARTIFON, Simone; Maristela, Piva. Endividamento nos dias atuais fatores psicológicos implicados neste processo. **Psicologia: o portal dos psicólogos**, 2014. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0771.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira**: gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB, 2013.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**: 70. ed. Lisboa: Elfor, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**. Capitalismo parasitário: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BRASIL. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4346.htm. Acesso em: 4 abr. 2020.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA FEA-USP, 12., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em: 16 novembro 2019.

CERBASI, Gustavo Petrasunus. **Como organizar sua vida financeira**. São Paulo: Elsevier, 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional CNC: Endividamento e Inadimplência**, 20120. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

CORTEZ, A.; ORTIGOZA, S. **Consumo sustentável**: conflitos entre necessidade e desperdício. São Paulo: UNESP, 2007.

COSTA, Luiz Paulo Penha. **Policiais militares de São Luís – MA e o planejamento financeiro**: influências na ação policial. 2018. Monografia (Bacharelado em Segurança Pública) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KAPLAN, R. S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. 21. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

KYOSAKI, Robert T., LECHTER, Sharon L. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LANDOSKI, Cristiane. **A influência da mídia televisiva nos hábitos de consumo em alunos de educação de jovens e adultos**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2014.

LIMA, João Cavalim de. **Estresse Policial**. Curitiba: AVM, 2002.

LIMONGI-FRANÇA, A.C. **Indicadores empresariais de qualidade de vida nas organizações: esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufaturas com certificação ISO 9000**. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de economia, administração e contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. Stress no trabalho: Implicações para a pessoa e para a empresa. In: Francisco de P. Nunes Sobrinho; Iara Nassaralla. **Pedagogia Institucional: Fatores humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Zit Editora, 2005.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. **Pesquisas sobre stress no Brasil: Saúde, ocupações e grupos de risco**. Campinas: Papirus Editora, 2001.

LUCCI, Cintia Retz et al. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO (SEMEAD), 9., 2006, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: SEMEAD, 2006. p. 1-12. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso em: 17 de set. 2019.

MAIA, Andréa do Socorro Rosa da Silva. **Inadimplência e recuperação de crédito**. Londrina, 2007.

MARANHÃO. **Lei nº 6.513, de 30 de novembro de 1995**. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão e da outras providências. Disponível em: <http://www.stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2125>. Acesso em: 4 mar. 2020.

MARANHÃO. **Medida provisória nº 264, de 18 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a criação e transformação de Organizações Policiais Militares da Polícia Militar

do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: http://stc.ma.gov.br/legisla_documento/?id=5038. Acesso em: 4 març. 2020.

MARQUES, Érico Veras; CORREIA NETO, Jocildo Figueiredo. **Gestão financeira familiar: como as empresas fazem**. Rio de Janeiro: Alta books editora, 2019.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Improving Financial Literacy: analysis of issues and policies**. Paris: OCDE, 2005.

PEREIRA, Francisco de Sousa; SANTANA, Everaldo Ferreira. **Planejamento financeiro pessoal: reflexos na qualidade de vida e no desempenho profissional do policial militar do Maranhão**. Monografia (Dissertação) – Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

ROCHA, Abelardo Julio da. **Da constitucionalidade da sanção disciplinar consistente em privação de liberdade decorrente da contração de dívida superior à possibilidade do militar**. Disponível em: <http://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/prisaopdivida.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2020.

SADI, Jairo. O Crédito Consignado em Folha de Pagamento. **Revista de Direito. Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, n. 25, p.11-15, jul./set. 2004.

SAURIN, Valter; SAURIN, Christine; SAURIN, Luiz. **Educação financeira e finanças pessoais**. São Paulo: Clube de Autores, 2017.

SERASA. **Inadimplência atinge 63 milhões de consumidores**. 2019. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/inadimplencia-atinge-63-milhoes-de-consumidores-em-marco-e-bate-recorde-historico-revela-serasa-experian>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SERASA. **Cenário do empréstimo no Brasil 2018**. Maior parte escolhe a instituição que oferece as menores taxas de juros do mercado. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/08/Analise-Cen%C3%A1rio-do-emprestimo-no-Brasil-2018.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

SOUSA, Francisco et al. **Polícia Militar do Maranhão: apontamentos para sua história/Polícia Militar do Maranhão**. São Luís: PMMA, 2006.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Extraordinário: RE 458555 CE**, Rel. Min. Cezar Peluso, julgado em 9/07/2009. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5350418/recurso-extraordinario-re-458555-ce-stf>. Acesso em: 4 abr. 2020.

ZANICHELLI, Stephanie; MEDEIROS, Luan. Endividamento pessoal: um estudo de caso de cinco servidores do estado de Santa Catarina **Revista Borges: ciências sociais aplicadas em debate**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 53-80, out. 2017.

ANEXOS

ANEXO A – MAPA TRIMESTRAL DE EFETIVO



ESTADO DO MARANHÃO
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
MAPA TRIMESTRAL DE EFETIVO DE OFICIAIS

REFERENTE AO 4º TRIMESTRE DE 2019

QUADRO	ESPECIALIDADE	POSTO														TOTAL	
		CEL		TEN CEL		MAJ		CAP		1º TEN		2º TEN		ASP OF			
		PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS
QOPM	Combatente	41	41	113	114	155	154	188	184	208	47	192	76		2	897	618
QOSPM	QOSPM	1														1	0
	Médico		1	2	2	3	1	4	1	29	23					38	28
	Dentista			5	5	4	2	7		16	18					32	25
	Veterinário			1	1	3		3		8	4					15	5
	Psicólogo			1	1	1		3		7	5					12	6
QOCPM	Capelão		1	1	2	2	3	4	5	7	9					14	20
QOAPM	Administração					22	22	36	35	52	52	106	106			216	215
QOEPM	Moto Meca.					1	1	2	2	2	1	2				7	4
	Músico					1	1	2	2	3	3	2	3			8	9
	Comunicação					1	1	2		2		2				7	1
	Armamento					1	1	2	2	2	1	2				7	4
	TOTAL		42	43	123	125	194	186	253	231	336	163	306	185	0	2	1254

OBS:

- O efetivo existente de Capelães (QOCPM) são cargos Comissionados, em conformidade com as Leis nºs: 8.950/09 e 10.654/17;
- Leis de Fixação de Efetivos nºs: 7.856/03, 8.086/04, 8.362/05, 8.380/06, 8.381/06, 8.449/06, 8.911/08, 9.043/09, 9.658/12, 9.795/13, 10.131/14, 10.212/15, 10.223/15, 10.280/15, 10.502/16, 10.669/17, 10.670/17, 10.823/18 e 10.938/18.

TEN CEL QOPM RAIMUNDO BORBA LIMA

CHEFE DA 1ª SEÇÃO DO EMG

Raimundo Borba Lima - TEN CEL PM

CPF: 405.118.123-53

Mat. 118.224 RG: 12.165 PMMA



ESTADO DO MARANHÃO
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
MAPA TRIMESTRAL DE EFETIVO DE PRAÇAS

REFERENTE AO 4º TRIMESTRE DE 2019

QUADRO	ESPECIALIDADE	GRADUAÇÃO														TOTAL	
		CADETE		SUB TEN		1º SGT		2º SGT		3º SGT		CB		SD			
		PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS	PREV	EXIS
QPPM-0	Combatente		196	250	236	472	471	766	799	1454	1454	1947	1947	8676	4703	13565	9806
QPPM-1	Man. de Arm.			3	3	4	4	6	5	15	12	40	3	29	1	97	28
QPPM-3	Man. de Mot Mec.			3	3	4	4	8	8	14	6	32	2	22	1	83	24
QPPM-4	Músico			5	5	22	22	30	30	31	17	39	12		1	127	87
QPPM-5	Man. de Comuni.			2	1	2	1	3	1	4	2	9	7	8	1	28	13
QPPM-6	Aux. de Saúde			3	3	4	4	6	4	17	3	30	10	20		80	24
QPPM-7	Corneteiro			3	3	5	4	7	2	12	1	30	1	54		111	11
TOTAL		0	196	269	254	513	510	826	849	1547	1495	2127	1982	8809	4707	14091	9993

OBS:

Leis de Fixação de Efetivos n°s: 7.856/03, 8.086/04, 8.362/05, 8.380/06, 8.381/06, 8.449/06, 8.911/08, 9.043/09, 9.658/12, 9.795/13, 10.131/14, 10.212/15, 10.223/15, 10.280/15, 10.502/16, 10.669/17, 10.670/17, 10.823/18 e 10.938/18.

TEN CEL QPPM RAIMUNDO BORBA LIMA
CHEFE DA 1ª SEÇÃO DO EMG

Raimundo Borba Lima - TEN CEL PM
CPF: 405.118.123-53
Mat. 118.224 RG: 12.165 PMMA